



# **MODERNIDADE, NATUREZA E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**

Ener Vaneski Filho

Ener Vaneski Filho

# Modernidade, natureza e conflitos socioambientais



Pantanal Editora

2021

~ 1 ~

Copyright© Pantanal Editora

**Editor Chefe:** Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

**Editores Executivos:** Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

**Diagramação:** A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

### Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome	Instituição
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos	OAB/PB
Profa. Msc. Adriana Flávia Neu	Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois	UO (Cuba)
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior	IF SUDESTE MG
Profa. Msc. Aris Verdecia Peña	Facultad de Medicina (Cuba)
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia	ISCM (Cuba)
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva	UFESSPA
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo	UEA
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu	UNEMAT
Prof. Dr. Carlos Nick	UFV
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia	AJES
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos	UFGD
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva	UEMS
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos	IFPA
Prof. Msc. David Chacon Alvarez	UNICENTRO
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira	IFMT
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira	UFMG
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão	URCA
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves	ISEPAM-FAETEC
Prof. Me. Ernane Rosa Martins	IFG
Prof. Dr. Fábio Steiner	UEMS
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza	UFF
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez	(Colômbia)
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles	UNAM (Peru)
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira	IFRR
Prof. Msc. Javier Revilla Armesto	UCG (México)
Prof. Msc. João Camilo Sevilla	Mun. Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales	UNMSM (Peru)
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski	UFMT
Prof. Msc. Lucas R. Oliveira	Mun. de Chap. do Sul
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela	IFPR
Prof. Dr. Leandris ArgenteL-Martínez	Tec-NM (México)
Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan	Consultório em Santa Maria
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann	UFJF
Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior	UEG
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos	FAQ
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla	UNAM (Peru)
Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira	SEDUC/PA
Profa. Msc. Núbia Flávia Oliveira Mendes	IFB
Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira	IFPA
Profa. Dra. Patrícia Maurer	UNIPAMPA
Profa. Msc. Queila Pahim da Silva	IFB
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty	UO (Cuba)
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke	UFMS
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva	UFPI
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo	UEMA
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos	IFB
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca	UFPI
Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira	FURG
Profa. Dra. Yilan Fung Boix	UO (Cuba)
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme	UFT

Conselho Técnico Científico  
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior  
- Esp. Maurício Amormino Júnior  
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues  
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

V252m Vaneski Filho, Ener.  
Modernidade, natureza e conflitos socioambientais [livro eletrônico] /  
Ener Vaneski Filho. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2021. 72p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-88319-92-5

DOI <https://doi.org/10.46420/9786588319925>

1. Conflito social. 2. Modernidade. 3. Degradação ambiental. I. Título.  
CDD 303.6

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.  
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.  
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)



## PREFÁCIO

Num mundo cuja realidade de evidente crise ambiental se mostra cada vez mais complexa, compreender as raízes e as dimensões dos conflitos socioambientais é um desafio cada vez maior. As condições ecologicamente desfavoráveis estão se tornando uma realidade que se aprofunda a cada dia, comprometendo o equilíbrio da complexa rede da vida que constitui a biosfera terrestre.

Muito embora os desequilíbrios ecológicos gerem diversos problemas no que se refere à biota, às paisagens, às águas e à terra propriamente dita, seus percalços não se restringem ao ambiente físico, mas afetam as sociedades humanas (no plural, porque são plurais) de diversas e desiguais maneiras. Não obstante, para além dos danos coletivos, difusos, são as sociedades mais vulneráveis do ponto de vista do poder econômico que, via de regra, sofrem a maior parte dos dissabores causados pelo modo de produção capitalista. São elas que arcam com a destruição da Mãe-Terra de uma maneira cruel e desigual, uma vez que os lucros são privatizados nas mãos de poucos, enquanto os prejuízos, socializados por muitos.

O livro que está em suas mãos, parte de uma visão latino-americanista e decolonial, enfrentando o desafio de articular os temas que envolvem o pensamento moderno, a natureza e os conflitos socioambientais que são gerados por meio de uma imposição histórica de ideologias que levaram à pauperização da natureza e de suas gentes. Como resultado, tem-se diversos desafios que se colocam sobre este emaranhado de causas e consequências à espera de uma sociedade que opte por uma postura mais leve, alternativa e sustentável para com o meio ambiente.

Nas páginas a seguir, será possível identificar como a racionalidade moderna, gestada na Europa e enviada além-mar para *Nuestramérica*, forma e interpreta o mundo. Nas reflexões apresentadas, busca-se pensar como essa visão se impôs como hegemônica, desconsiderando outras percepções de mundo e ocasionando, inexoravelmente, os tantos conflitos socioambientais observados mundo afora. A abordagem escolhida pelo autor, portanto, destaca os embates gerados pelo colonialismo e pela colonialidade, que restou como herança incômoda aos povos latino-americanos.

Não obstante, observamos o cuidado de não restringir a narrativa a contar apenas as tristezas com respeito a essa relação historicamente problemática, deixando transparecer que é possível pensar diferente, buscar alternativas que façam frente à visão mercantilizadora e egoística da natureza. Ao caracterizar os conflitos socioambientais, o autor nos propõe um repensar deste mundo, rechaçando a visão distorcida que vige com respeito ao nosso lugar na natureza. O que temos pela frente é uma reflexão legítima e urgente, sobre a necessidade de compreender os sistemas-mundo para melhor interpretar a realidade dos conflitos socioambientais que se apresentam no âmbito local e reconstruir a dinâmica entre natureza e sociedades, onde seja possível pensar nas redes da vida acima do lucro.

Danielle de Ouro Mamed

## APRESENTAÇÃO

Na atual fase de desenvolvimento econômico, marcada pela espoliação e acumulação de capital, os conflitos socioambientais, entre atores e sujeitos com territorialidades diversas, são importantes expressões de resistências e espaços de construção de alternativas. Nesse sentido, observa-se que as instituições estatais, de matriz moderna e ocidental, construídas para atender ao modelo econômico vigente, criam mecanismos para ordenar o território. Mesmo fornecendo diversos modelos para realizar essa organização, nota-se a ocorrência de diversos conflitos que acabam acontecendo, seja em razão da omissão do Estado em determinar de forma justa o uso da terra e dos recursos naturais, seja numa atuação deficitária, em que os mecanismos são utilizados de forma deficiente, pois a realidade social envolvida é complexa e, por vezes, não cabe nas fórmulas criadas pela legislação e pelas políticas.

Neste imbróglio de terra, natureza e gentes, encontra-se de forma evidente uma realidade de desigualdade social, onde poucos se colocam como detentores desses elementos e muitos permanecem à margem daquilo que lhes é fundamental para sua vida (existência), e reprodução cultural. Ao não chegarem ao acesso pleno do que é fundamental, parcelas da sociedade começam a desafiar os modelos postos, buscando formas alternativas de viver e de se colocar diante da complexidade socioambiental, numa autêntica postura de re(existência), ressignificando seus papéis na sociedade, em especial na América Latina e no Brasil.

O objetivo deste livro é proporcionar ao leitor uma visão geral dos conflitos socioambientais numa perspectiva decolonial, através de uma reflexão crítica sobre a modernidade e suas formas de interpretar o mundo, em especial quanto à relação entre natureza e sociedades na América Latina e no Brasil. Entendemos que a compreensão desse contexto, que sistematizamos nas próximas páginas, pode ser útil para a interpretação dos conflitos socioambientais.

Para trabalhar este tema e suas interrelações, vamos partir da modernidade, pela ótica do sistema-mundo moderno, colonial e capitalista e da colonialidade do poder, analisando o papel da ciência no processo de fragmentação da natureza e as consequências socioambientais para a América Latina: A importância desta abordagem consiste em compreender a lógica de gestão da natureza trazida pela modernidade e pelas relações econômicas do modelo capitalista. É esta a lógica que será o fundamento dos modelos de exploração dos povos, da terra e da natureza, além de também nortear as políticas fundiárias e ambientais adotadas pelo Estado na América Latina e no Brasil.

Como um livro propedêutico quanto ao tema, também buscaremos abordar a ideia de natureza, seus modos de conhecer, suas relações com as distintas sociedades e implicações quanto aos conflitos socioambientais. Para atender a este objetivo também será necessário o estudo do processo de mercantilização da natureza, pois a partir dele se estabelece uma postura destrutiva fomentada pelo modelo econômico capitalista para realizar a expropriação ambiental, através da acumulação por espoliação, culminando nos conflitos de natureza socioambiental.

Esperamos que, a partir da leitura dessas páginas, seja possível identificar e questionar como nascem os conflitos socioambientais, para que sejam compreendidos dentro da complexidade que o tema exige, auxiliando, de algum modo, na construção de um aporte para pensar soluções para o acesso à terra e aos elementos da natureza de forma equitativa.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO	4
APRESENTAÇÃO	5
CONCEITOS FUNDAMENTAIS	8
A MODERNIDADE E SUA FORMA DE INTERPRETAR O MUNDO	15
O PAPEL DA CIÊNCIA NA MODERNIDADE	23
AMÉRICA LATINA DE NATUREZA E SOCIEDADE FRAGMENTADAS: UMA ANÁLISE PELA PERSPECTIVA DOS SISTEMAS-MUNDO	27
NATUREZA E SEUS MODOS DE CONHECER	35
MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA E ALTERNATIVIDADES	40
EXPROPRIAÇÃO AMBIENTAL E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO NO BRASIL	48
ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DIMENSÃO ESPACIAL DO CAPITALISMO NO BRASIL	50
CONFLITOS SOCIAIS E SOCIOAMBIENTAIS	56
CONCLUSÕES	61
REFERÊNCIAS	62
SOBRE O AUTOR	68
ÍNDICE REMISSIVO	71



## CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A definição das formas de ocupação e uso de um território tem se mostrado um processo complexo, formado por diversas variáveis e escalas a serem consideradas e que, por vezes, não é compreendido ou processado pela racionalidade moderna<sup>1</sup>, que tende a fragmentar o conhecimento e o modo de enxergar os aspectos mais importantes da vida. Nesse sentido, apresentam-se os conflitos socioambientais que são gerados, em sua grande maioria, pelas desigualdades e injustiças na distribuição das terras e dos chamados recursos naturais.

A construção da geografia da América Latina e também do Estado que regulamenta as suas relações, acabou por seguir um pensamento fragmentado, onde a humanidade assume uma postura de afastamento diante da natureza. Assim, deixa-se de pensar no meio físico como base da vida, para pensá-lo enquanto meio de satisfação para suas necessidades e de acumulação de capital. Conforme Wood (2001), o que criou o impulso de intensificar a exploração não foi o surgimento das máquinas a vapor ou do sistema fabril, mas a necessidade intrínseca das relações de propriedade capitalistas de aumentar a produtividade e o lucro.

Este modo de conceber o mundo e as relações de produção, como se explicará ao longo desta obra, conduziu a maior parte da humanidade a adotar um pensamento baseado na ideia de utilização máxima dos recursos naturais, na acumulação e não na necessidade, o que gerou como consequência, a conhecida crise socioambiental. Para Leff (2009) esta forma de produzir é fundamentada no consumo destrutivo da natureza, que vai degradando o ordenamento ecológico e deteriorando suas condições de reprodução sustentável.

Assim, como consequência de um estilo de desenvolvimento seguido pela América Latina, tem-se um notável processo de esgotamento dos recursos naturais, expresso em problemas ambientais globais, como perda de biodiversidade, desmatamento, contaminações e mudanças no clima, em grande parte causado por padrões de industrialização, centralização econômica, organização urbana, capitalização do campo, homogeneização do uso do solo e também pelo uso de fontes não renováveis de energia, apenas para citar exemplos.

---

<sup>1</sup> A racionalidade ou racionalização para Max Weber é a característica fundamental da modernidade ocidental. Para ele o processo de racionalização substituiu as bases religiosas, dando às esferas da vida uma legalidade própria, uma coerência interna, sem depender dos postulados de cunho religioso (presentes das sociedades pré-modernas). Uma das formas mais evidentes da racionalização da natureza é sua estimativa como valor monetário, no caso em tela a conservação e posterior inserção em um mercado, nota-se pela afirmação de Weber: “Uma economia racional é uma organização funcional orientada para os preços monetários que se originam de interesses dos homens no mercado. O cálculo não é possível sem a estimativa de preços em dinheiro e, daí, sem lutas no mercado. O dinheiro é o elemento mais abstrato e “impessoal” que existe na vida humana” (Weber, 1982). De forma compatível com a caracterização de racionalidade dada por Weber, outras propostas também terão papel de destaque na abordagem do trabalho, em especial as análises de Villoro (2010) e Leff (2008, 2009) no sentido de explicar o modo de ver o mundo inaugurado pela lógica da modernidade, vinculada ao modelo econômico capitalista e pela objetificação da natureza.

Não obstante, Azevedo (2012), destaca que as manifestações destas crises vão mudando à medida em que aparecem novos problemas e os já existentes se agravam. Em sua visão, as primeiras preocupações com os temas ambientais se voltavam à questão de uso e degradação dos recursos naturais, passando, posteriormente, aos temas de características mais “globais”, tais como mudanças climáticas e perda da biodiversidade, que ainda causam muita controvérsia científica.

No que se refere às expressões do problema em âmbito local, tem-se a proliferação de distintos conflitos socioambientais por vários locais do mundo, havendo um destaque nesse sentido para a América Latina. Segundo Porto e Milanez (2009), a ocorrência de conflitos ambientais está fortemente relacionada ao histórico colonial dessas regiões que, tradicionalmente, atua como fornecedora de matérias-primas aos países centrais no contexto do atual sistema mundo capitalista:

Em sua atual fase no capitalismo globalizado, tais regiões periféricas continuam baseadas em modelos energéticos, extrativistas (como mineração e petróleo) e de agronegócio voltados à produção de *commodities*, cujo metabolismo social concentra acentuados riscos, cargas, degradação ambiental e exploração do trabalho nas populações e nos territórios mais atingidos e vulnerabilizados (Porto; Milanez, 2009).

Assim, quase como uma característica intrínseca dos países colonizados, tem-se uma história de modelo predatório de economia e de desenvolvimento. No caso brasileiro, a acumulação se deu pela exploração da mão de obra, como ocorreu com a escravidão; e da natureza, com as *plantation*<sup>2</sup> por exemplo, ainda sem uma regulamentação da ocupação do solo. Após 1850 a expropriação ambiental no Brasil<sup>3</sup> se mostrou como o caminho escolhido, primeiro pela concentração fundiária, que incentivou a modernização agroeconômica à custa da degradação socioambiental. Em segundo lugar, o processo foi intensificado pelo padrão de modernização agrícola, com o agravamento da degradação dos solos e poluição dos rios, a partir do advento da Revolução Verde 1960- 1970.

Como resultado de pesquisas sobre o longo histórico de políticas destrutivas ao meio ambiente, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ, 2020), apresenta registros de atuais 599 conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde em território brasileiro. Nesse sentido, cabe pontuar que o histórico de exploração predatória da natureza possui raízes na questão econômica e se reflete na sociedade na forma de conflitos, caracterizados pela desigualdade entre os atores envolvidos e pela consequente vulnerabilidade daqueles que sofrem as consequências negativas desse processo.

Em síntese: deve-se considerar, para início de uma análise aprofundada da questão que, de um lado, consolidou-se uma cultura de exploração destrutiva da natureza pela sua consideração enquanto

---

<sup>2</sup> Sem a pretensão de definir o termo *plantation*, Mint (2008) remete às contribuições de outros autores, que o consideram como propriedades com mais de 100 hectares, que utiliza trabalho assalariado para produção de uma ou duas mercadorias agrícolas para exportação ultramarinha.

<sup>3</sup> Segundo Nascimento (2008), a especificidade do processo de apropriação privada de terras públicas no Brasil, após 1850, é o ponto de origem dos problemas ambientais atuais no espaço rural, isso porque foi desse período em diante que a ausência de limites ambientais se tornou a regra principal da aliança entre a concentração fundiária e o progresso técnico aplicado à agricultura, comprometendo dramaticamente outras formas de acesso, bem como o uso produtivo ou não produtivo das terras e seus recursos naturais.

acumulação econômica, comprometendo os elementos necessários à satisfação das necessidades humanas e as formas de organização social que se diferenciam desse processo de acumulação. Nas palavras de Leff (2008):

La crisis ambiental es la crisis de nuestro tiempo y es el signo de una nueva era histórica. Esta encrucijada civilizatoria es ante todo una crisis de la racionalidad de la modernidad y remite a un problema del conocimiento. La degradación ambiental – la muerte entrópica del planeta – es resultado de las formas de conocimiento a través de las cuales la humanidad ha construido el mundo y lo ha destruido por su pretensión de unidad, de universalidad, de generalidad y de totalidad; por su objetificación y cosificación del mundo.

Assim, a forma de tratar a natureza, sob a égide da modernidade traz em si um conhecimento do mundo em constante construção e que, sob o discurso de melhorar a qualidade de vida humana, acaba por piorá-la, trazendo a morte do planeta a partir de sua objetificação, refletida em diversos aspectos da relação entre natureza e sociedades.

Paralelamente à degradação da natureza, vê-se também a precarização das sociedades (em especial as mais pobres), que passaram a ser alienadas em relação ao meio em que vivem, quando seu modo de vida é diferente da lógica hegemônica de acumulação, além de sofrerem as consequências de uma exploração desenfreada dos recursos naturais. Nesse sentido, Martinez-Alier (2009) explica que as formas de lidar com a questão ambiental podem ser divididas em três perspectivas: a) pelo “culto à vida silvestre”, preocupado com a preservação da natureza sem incluir fatores como indústria e urbanização, respaldados pela biologia conservacionista; b) pelo “credo da ecoeficiência”, buscando-se o manejo sustentável dos recursos, apoiando-se em novas tecnologias e internalização de externalidades, visando a “modernização ecológica” e, por fim, c) pela perspectiva do movimento pela “justiça ambiental, o ecologismo popular, o ecologismo dos pobres, nascidos de conflitos ambientais em nível local, regional, nacional e global causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social” (Martinez-Alier, 2009).

Observando-se as reações adotadas pela humanidade diante dos problemas ambientais e sua organização nos três tipos citados, deve-se reconhecer que por vezes, essas perspectivas se entrelaçam, configurando situações de injustiça, degradação da natureza e acesso desigual à terra e aos recursos naturais. Este trabalho explora este cenário de conflituosidades e da necessidade de uma melhor relação entre natureza e sociedades partindo das categorias teóricas apresentadas na sequência.

Assim, a categoria Modernidade será trabalhada com ênfase no sentido de que ainda permeia as relações entre as distintas sociedades e a natureza. Tal análise tem por objetivo demonstrar a influência e a força da racionalidade moderna como fator essencial para o trato destrutivo que se tem em relação à natureza e à desconsideração das racionalidades e modos de vida dissonantes do modelo hegemônico, que culmina na ocorrência de conflitos socioambientais.

Definir natureza e meio ambiente não é tarefa das mais fáceis e não é possível encontrar um consenso acerca do alcance dos seus significados. No entanto, há alguns pontos que podem ser pensados

para demarcar uma diferenciação necessária pois, embora no senso comum esta diferença não seja tão importante, do ponto de vista científico há aspectos particularizantes que precisam ser considerados.

O primeiro deles é o fato de que a natureza não existe em si mesma, mas é, ao contrário, existente por ser pensada pelo ser humano. Portanto, as concepções de natureza dependem da visão a respeito dos grupos sociais onde tais concepções estão inseridas (Lenoble, 1969). Em sentido análogo, Capra (1996) considera que a natureza deve ser entendida como uma teia de interconexões de relações, com diferentes significados dependendo do contexto de inserção, cuja identificação de padrões específicos (objetos), depende do observador humano.

Para os gregos, a ideia embrionária de natureza corresponde ao que se chamou *physis* que designava a realidade ou a sua manifestação de forma mais abrangente, incluindo a gênese, essência, substância e forma de todas as coisas, considerando também os aspectos psíquicos e espirituais (Koike, 1999). A *physis* grega, portanto, era constituída de forma muito mais abrangente do que hoje se considera como natureza.

Conforme Heemann (2000), antes do nascimento da razão metafísica na Grécia, por volta de 600 a.C., o sentido da vida e também da natureza estava ancorado nos mitos e nas divindades, ideia substituída por um pensamento desmistificador, estimulado pelas novas relações advindas do desenvolvimento do comércio e das guerras. Para o autor, este tipo de racionalidade iniciou a “grande aventura intelectual e existencial da dessacralização do mundo. Uma ruptura abismal com a visão até então disponível, apesar de conservar o substrato externo ao homem para conferir significado e fundamento ao seu agir (Heemann, 2000). Portanto, os primeiros debates acerca da natureza carregam esta dualidade de vinculação ou não vinculação à metafísica. Não obstante, é possível pensar, a partir dessa constatação, que o conceito de natureza começa a ser pensado de maneira vinculada à ideia de “essência”, de forma mais simplista para facilitar a compreensão. Mesmo assim, deve-se pontuar que o termo “natureza” possui uma plurissignificação, que gera muitos equívocos e polêmicas na tentativa de se chegar a um conceito definitivo (Heemann, 2000), o que não parece ser possível.

O que se mostra viável, no entanto, é identificar que, após consolidado o debate entre metafísica e natureza, a discussão que se volta aos conflitos entre natureza *versus* sociedade, que se travestem sob vários discursos desde os gregos, passando pelo medievo e pelo modernismo, até os dias atuais. Neste longo caminhar histórico de discussão, no entanto, observa-se que a ideia de natureza permanece a mesma, porém, sua plurissignificação característica e esta generalidade se alimentam de três elementos basilares: o mítico-religioso, o metafísico e o empírico (Heemann, 2000). Assim, a ideia de natureza é complexa, mas pode começar a ser pensada pelo viés da essência da vida, onde diversos elementos se entrelaçam trazendo distintos significados para as sociedades.

A ideia de natureza também acaba sendo vinculada à modernidade, que inaugura uma nova visão ao seu respeito, onde a natureza seria uma ordem de coisas que independe do humano (Lenoble, 1969).

Nesse sentido, há uma distinção entre o natural e o artificial, que corresponderia àquela ordem de coisas que dependesse das atividades humanas.

No que se refere à ideia de ambiente, Santos (1996) indica que se trata da base física e material onde se desenvolve a vida, ou seja, a própria infraestrutura que a possibilita em qualquer escala, envolvendo a biosfera, fina camada de vida que envolve a terra, entre a crosta terrestre e a atmosfera.

Quanto ao meio ambiente, há certo consenso no sentido de que seu significado é abrangente e inclui também os aspectos culturais. Para Marés (2006), o meio ambiente vai além da relação entre meio ambiente, cultura e direito, defendendo que o meio ambiente deve ser considerado de modo a incluir a natureza juntamente com as modificações que nela vem introduzindo o ser humano. Assim, em sua compreensão “é tão importante a montanha, como a evocação mística que dela faça o povo” (Marés, 2006).

A legislação brasileira, no entanto, adota um conceito legal mais próximo à observância das relações que interferem no mundo natural, quando traz na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n. N° 6.938, de 31 de agosto de 1981). Em seu artigo 3º, I, conceitua meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. No entanto, cabe recordar que a Constituição Federal de 1988 reconhece a abrangência do meio ambiente nas relações sociais, quando determina no artigo 225 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Nesse sentido, Dulley (2004) observa, ainda, que em um dos incisos do artigo 225 há uma diferenciação entre meio ambiente e recursos naturais pois, embora não se refira ao termo recursos naturais, indiretamente o faz no parágrafo segundo do artigo citado quando determina que aquele que “... Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente”. Fica demonstrada, portanto, a diferença existente entre essa concepção da natureza enquanto recurso (no caso o recurso mineral) e o meio ambiente, que passa a ter uma conotação muito mais abrangente.

Assim, para compreender o que seriam os recursos naturais, vale observar a conceituação de Brito (2006), para quem “recursos são elementos de que o homem se vale para satisfazer suas necessidades. Os recursos naturais são aqueles que se originam sem qualquer intervenção humana”. Trata-se, portanto, daqueles elementos da natureza que possuem valor de utilização para as sociedades, que podem utilizá-los ou modificá-los para atender suas necessidades ou utilidades.

Dulley (2004) destaca ainda que no Brasil também tem aparecido na legislação e discursos oficiais o termo “recursos ambientais”, em especial pelos órgãos ligados ao meio ambiente. Por outro lado, aqueles voltados à produção agrícola utilizam “recursos naturais” com maior frequência. Assim, na visão do autor “quando se conversam não há sequer uma homogeneidade, ficando cada um com o seu termo e visão preferidos”.

O Ordenamento Territorial, também é um conceito importante para a análise pretendida, pois a forma como o território irá se ordenar, obedece, necessariamente, à lógica inaugurada na modernidade. Entendemos este instrumento como integrante de políticas territoriais, bastante abrangente e polissêmico. Através dele o Estado, influenciado (disputado) pelos interesses do mercado e pela sociedade civil, atua em diversas políticas e ações determina a organização do espaço. Para Moraes (1994) as políticas públicas oriundas do Estado podem ser distribuídas em três campos: econômico (cambial, financeira, tributária etc.); social (educação, saúde, previdência etc.) e territorial (planejamento urbano, regionalização, transportes etc.).

Segundo Fonseca (2017) as políticas ambientais estariam localizadas na modalidade de política territorial, tendo o ambiental como um fator de modelagem do espaço terrestre. Nessa perspectiva, Costa (1988) destaca que as políticas territoriais podem ser qualquer atividade do Estado que resulte em uma estratégia de intervenção. Importante ainda destacar sobre o ordenamento territorial, que este se refere a diferentes escalas que se integram na organização do território, e se dão em um contexto de diminuição do Estado e crescimento dos poderes de empresas privadas e Organizações Não governamentais (Melo-Théry, 2011).

É importante destacar que como o Estado organiza o território por intermédio de políticas, representando a vontade das classes dominantes, ele também ordena ou impede o acesso e distribuição de bens e serviços de um determinado espaço por grupos sociais.

No que se refere aos Conflitos Socioambientais, é necessário pensa-los na perspectiva de que também são conflitos sociais. Na interpretação de Durkheim (1999), os conflitos são resultado de períodos de instabilidades e falta de normas ou leis da organização social. Para Simmel (1969) os conflitos são meios de interação social capazes de remodelar unidades, organizações e grupos de interesse. Por sua vez, Dahrendorf (1992) afirma que os conflitos são maneiras de aprendizado e de evolução para uma possível correção dos desacordos, para assim buscar novas organizações que melhor respondam aos anseios das sociedades.

Trabalha-se com a ideia que a sociedade está imersa em conflitos, onde se ressalta a disputa entre os modelos de desenvolvimento a serem seguidos e os seus impactos ambientais e sociais. As diversas etapas de um conflito (preparação, anúncio, desenvolvimento, agudização, estagnação, institucionalização, negociação e acordo), demonstram várias possibilidades de desfechos (Nascimento; Bursztyn, 2010). Sendo assim, inicia-se uma discussão sobre conflitos socioambientais, nos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, onde são frequentes. Em locais urbanizados, esses conflitos ocorrem com ênfase para as questões de equidade social. Já nos espaços rurais, referem-se, em geral, à apropriação dos recursos naturais, do território ou preservação cultural dos povos tradicionais, que acionam a questão socioambiental. Para Pierri (2005), a abordagem socioambiental remete à compreensão complexa da crise ambiental, a que transcende a ecologia, inter-relacionando-se de diferentes formas à ecologia, à economia, à cultura, à política e à sociedade.

A noção de justiça ambiental exprime um movimento de ressignificação da questão ambiental, resultado de uma apropriação da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social. O processo de emergência do conceito está ligado à ressignificação de embates sociais pela construção do futuro e se soma a questões do direito ao trabalho e condições de reprodução cultural.

Segundo Acselrad (2010), o conceito integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. A noção de justiça ambiental surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produziram mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental (Acselrad, 2010).

Esses conceitos são necessários para a compreensão dos conflitos socioambientais e dos processos que levaram a eles. Esperamos que, a partir dessa aproximação, as questões complexas relacionadas aos conflitos socioambientais se tornem mais evidentes.



# A MODERNIDADE E SUA FORMA DE INTERPRETAR O MUNDO

La ciencia natural moderna ocupa un lugar tan central en nuestra civilización occidental, es tan familiar a nuestra visión del mundo, que difícilmente se nos ocurre pensar que su desarrollo requirió de una concepción peculiar sobre la naturaleza, que desafiaba tanto el sentido común como las concepciones de los antiguos (Villoro, 1993).

**A**s questões que envolvem as relações entre natureza e sociedades humanas são complexas e necessitam de uma análise que ultrapasse a superficialidade da lógica do uso ou não uso. Diante desta premissa, na busca pelas explicações através desta tese, será indispensável uma reflexão que deverá ser iniciada a partir da modernidade, como um marco espaço-temporal e de racionalidade, com o objetivo de compreender a raiz de tais relações. Sendo necessário um eixo teórico a ser adotado, será abordada a teoria dos sistemas-mundo, sob um viés da racionalidade moderna, com influências coloniais e de natureza capitalista como maneira de estudar em profundidade o processo de fragmentação da natureza (e da vida em geral), além de suas consequências para o modelo de economia e de proteção ambiental, em dias atuais.

Como será possível observar, para compreender este processo, de mercantilização da natureza na América Latina, também será necessário retornar à formação de uma racionalidade moderna, gestada na Europa, baseada na fragmentação da vida e da natureza, separando-a do ser humano a partir do momento em que se convencionou estruturar o conhecimento do mundo e de suas relações por meio da ciência nascente naquele contexto.

Após fixada a análise de como este pensamento dominante embasou as atividades dos colonizadores, em especial na América Latina e na relação entre povos e natureza, será analisado, então, o processo de consolidação do modelo capitalista de produção nesses espaços para, ao final do capítulo, compreender como o Estado estabeleceu os modelos de proteção da natureza diante das tantas crises geradas ao longo da história, ressaltando as questões socioambientais contemporâneas.

Para iniciar o estudo proposto será preciso verificar a raiz da racionalidade que tem pautado as decisões humanas sobre o manejo da natureza e de suas relações com as diversas sociedades, qual seja, a lógica moderna.

A modernidade pode ser vista sob alguns prismas diferenciados, sendo os mais importantes deles, para a presente análise, a sua consideração como período histórico, mas também como forma de racionalidade, o que implica no estabelecimento de certos padrões no modo de ver e interpretar o mundo.

Conforme defende Luis Villoro (2010), a modernidade, vista sob o viés cronológico, corresponde ao período da história ocidental que se apresenta após a Idade Média, caracterizado como forma de vida e de pensamento com feições típicas desta época. Em termos de definição do tempo histórico, Restrepo (2014) explica que o início da modernidade está situado entre os séculos XVII e XVIII (Restrepo, 2014).

Sua origem geográfica, no entanto, está estreitamente ligada a certos países específicos, como Inglaterra, França e Alemanha, e não à Europa como um todo, pois os outros países teriam tido uma participação bastante marginal, a exemplo do que hoje constituem Espanha e Portugal. Além do mais, também há uma grande vinculação do surgimento da modernidade a processos como a Reforma Protestante, o Iluminismo, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa (Restrepo, 2014).

Não obstante, numa perspectiva decolonial, questiona-se este argumento de que a modernidade seja um produto substancialmente europeu, negando-se que tenha resultado apenas da excepcionalidade e pretensa superioridade europeia diante do mundo (Restrepo, 2014), sendo este argumento melhor desenvolvido mais adiante. Nesse sentido, as relações estabelecidas entre velho e novo continente serão fundamentais para a compreensão da modernidade e de sua caracterização, havendo, nessa perspectiva, um papel essencial das colônias americanas na formação do que se entende por modernidade.

Contextualizado o advento da modernidade quanto ao tempo e espaço, cabe analisar as suas características mais marcantes, em especial aquelas observadas em mudanças drásticas na concepção de mundo apresentada durante a idade média.

O período histórico medieval tinha a racionalidade fundamentada numa concepção teocêntrica de mundo e de sociedade, de forma que o planeta Terra era considerado o centro da existência e os papéis sociais estavam previamente definidos, numa relação pautada pela ordem e hierarquia difícil de ser transposta entre servos e senhores, senhores e superiores feudais, senhores feudais e reis, e entre o rei e o imperador (Giddens, 1991). Cabe destacar, ainda, que como a ideia de sociedade era teocêntrica, esta ordem hierárquica era justificada pela vontade de Deus, soberana, e sobre a qual não era possível questionar ou propor modificações.

Portanto, tendo em vista a rígida conformação social medieval, pensar a sua transformação só foi possível a partir do rompimento com a visão teocêntrica, o que aconteceu, em grande medida, por conta de interesses econômicos da burguesia nascente que conflitavam com o poder já posto.

Assim, visando atender aos interesses, em especial aqueles vinculados à economia, passou-se a trazer o ser humano para o centro do universo, substituindo-se o teocentrismo pelo humanismo, sendo esta a grande modificação observada na quebra do modelo de sociedade medieval para dar lugar à sociedade moderna, marcando o nascimento de uma nova racionalidade e de uma nova forma de ver e interpretar o mundo (Villoro, 2010). A ideia é reforçada por O’Gorman, que considera:

El universo asignado por Dios perdió su sentido dado que el hombre tomaba posición de la realidad de los mundos lo cual significaba apoderarse de la casa. El mundo no es algo dado y “le pertenece [al hombre] a título propio” (O’Gorman, 1961). El apoderamiento del universo por parte del hombre se dio con este desprendimiento del sistema de creencias, geográfico y de pensamiento porque el universo dejó de ser cosa extraña y ajena al hombre. (...) se convirtió en el infinito campo de conquista [...] ya no la bondad divina, sino la osadía y eficacia de la técnica del antiguo inquilino convertido en amo (O’Gorman, 1961).

Esta concepção desprendida das crenças medievais, portanto, trouxe mudanças significativas ao mundo, pois o ser humano deixou de considerar a si mesmo como mera parte de um mecanismo já delineado, para tornar-se autor de seu próprio destino, dominando a natureza e modificando-a conforme suas necessidades, sem depender do aval de divindades ou de autoridades por elas designadas. Sobre isso, reflete Restrepo (2018):

Es decir, el hombre se proclamó amo, dueño y soberano sobre el universo. Dejó de concebirse a sí mismo como ser limitado y siervo prisionero para convertirse en dueño y señor de su futuro. Muchos autores han nombrado que este proceso dio paso al renacimiento, pero nótese que no fue posible tal renacer del hombre europeo sino fuera por la asignación de sentido a la nueva entidad geográfica de América y su descubrimiento.

Sobre esta questão, é interessante verificar a análise de Castro-Gómez (2004), no sentido de que o conhecimento e a tecnologia disponíveis no medievo, pareciam reconhecer que a escassez e as dificuldades humanas eram como uma maldição inerente à realidade humana, de modo que o trabalho era associado à ideia de sobrevivência diante de uma situação desfavorável. Por outro lado, com o nascimento da ciência, a criação do Estado moderno e o desenvolvimento de novas tecnologias, tornou-se possível modificar esta realidade, pois o ser humano deixou a posição de submissão a essa natureza hostil para pensar por si mesmo e a atuar como dono da terra, capaz de modificar a situação em que se encontra. Segundo o autor, é neste momento que se consolida uma ideia (ou obsessão) que não abandonaria mais o ser humano na modernidade:

que la abundancia sustituya a la escasez en calidad de situación originaria y experiencia fundante de la existencia humana sobre la tierra. A partir del siglo XVIII el trabajo no se orienta más hacia la pura supervivencia, sino hacia la creación y acumulación de riquezas con el fin de realizar la gran utopía moderna: la superación definitiva de la escasez (Castro-Gomez, 2004).

Portanto, uma questão-chave trazida pela modernidade é a busca incessante por superar as adversidades da natureza, até então aceitas com naturalidade. Como consequência deste ímpeto por dominação, portanto, fixou-se como objetivo da humanidade não apenas sobreviver, mas estabelecer um completo domínio de sua existência, de modo a suprir suas necessidades da forma mais otimizada possível, tendo no processo de acumulação uma resposta para lograr tal objetivo.

Nessa perspectiva, Michel Serres propõe uma revisão de Rousseau, destacando que diante dos problemas socioambientais, o contrato social é limitado. Ele defende que no estado de natureza o indivíduo percebe o outro como inimigo, podendo usar da força e da agressão para derrotá-lo e tomar seus bens. No mundo contemporâneo o outro seria a natureza, o Planeta, e o ser humano, agora em pleno uso de sua razão, desenvolveu a ciência e a técnica que poderá levar à destruição, o que já ocorreu conforme a localização e classe de sujeitos e espaços. Serres, faz alusão à pintura de Francisco de Goya<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Segundo Serres (2011), foi o contrato social, estabelecido entre as pessoas, que fez com que estes entrassem na perspectiva coletiva e abandonassem o estado natural para formar a sociedade visando uma coexistência mais harmônica. Sua descrição histórica acaba se relacionando também com o êxodo rural, já que nesse processo, as sociedades esquecem a natureza como parte delas, tornando-a um elemento distante e afastado no ambiente urbano. Para o autor, a natureza é reduzida à natureza humana que, por sua vez, se reduz à história ou à razão.



**Figura 01.** Pintura *La riña*, de Francisco de Goya. Fonte: Porto-Gonçalves (2015).

Segundo Serres, o quadro *La Riña*, da série de pinturas conhecidas como *pinturas negras* (1819-1823) que no original representava a luta de uma Espanha dividida entre Liberais e Absolutistas, e depois progressistas e moderados, acabando no evento conhecido como Guerra Civil espanhola, hoje poderia ser interpretado como a guerra do Homem contra a Terra:

Pela primeira vez, um sábio alerta que a Terra participa da batalha e pode ganhar, perder ou matar. Em Goya, a lama prevalece e os combatentes afundam. Começamos a pensar um pouco mais longe: que a Terra e os homens poderiam mesmo perder, juntos, essa guerra antiga e nova (Serres, 2011).

Assim, a modernidade representa não apenas um período histórico contado cronologicamente, mas sobretudo remete à racionalidade inaugurada e consolidada em seu contexto, tendo como mola propulsora as necessidades econômicas nascentes, fornecendo as bases para o nascimento e consolidação do sistema econômico capitalista, que vinha se delineando.

De acordo com Giddens (1991) a racionalidade da modernidade deve ser compreendida como um “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Sobre esta ideia quanto à racionalidade, o autor destaca, ainda, que há que se reconhecer a prevalência de características diferentes dependendo do contexto analisado, de forma que não é possível compreender a mentalidade moderna como homogênea durante todo o período no qual ela se desenvolve.

De forma sintética pode-se considerar que a racionalidade moderna trata de um conjunto de mudanças ocorridas a partir deste período histórico, demonstrando diferentes enfoques a cada contexto, com o fim de responder às novas necessidades decorrentes das transformações sociais e econômicas de então.

Para tornar as transformações possíveis, foi necessário retirar do ser humano todas as características que ao longo da Idade Média lhe foram atribuídas, partindo do resgate de sua condição humana de protagonismo como fator central da sociedade. É a partir de então, conforme defende Grossi (2003) que se origina o individualismo moderno. De acordo com sua análise, é nesse contexto que surge também a figura do Príncipe, presente na modernidade com maior protagonismo e, portanto, sendo fundamental para a compreensão deste processo. É do sentimento de volta do ser humano ao centro que emerge o próprio absolutismo, como poder político dotado de perpetuidade, cuja existência se deve à necessidade de sistematização de leis, que existiam num contexto de pluralidade da idade média (Grossi, 2003).

Segundo Magalhães (2012), a figura do rei sobressaiu-se na modernidade como um símbolo do poder dos Estados nascentes, criando, a ideia de homogeneidade nacional, com o objetivo de mitigar conflitos de lideranças que representassem a diversos setores sociais ou etnias em detrimento das demais. Foi esta a racionalidade para a criação de uma identidade nacional e também o pensamento utilizado para defender a demarcação de fronteiras físicas nas quais se destacasse um poder político decorrente desta nação uniformizada.

O processo de destruição da diversidade jurídica anteriormente existente na Idade Média é explicado por Wolkmer (2001). Para o autor, a sociedade feudal que marcou o período era fundada da posse da terra e na produção agrária com relações de servidão e uma hierarquia de privilégios, onde predominava uma descentralização administrativa através da fragmentação e pluralismo de decisões: “O pluralismo político medieval se dá mediante a infinita multiplicidade de centros internos de poder político, distribuídos a nobres, bispos, universidades, reinos, entidades intermediárias, estamentos, organizações e corporações de ofício” (Wolkmer, 2001).

Assim, para contrapor ao modelo de poder difuso encontrado na Idade Média, observa-se a adoção de modelos mais voltados a um centro único de poder, de modo que a modernidade propõe uma ascensão do individualismo, apresentando o indivíduo como soberano e autônomo, como um elemento encontrado no início da modernidade (Restrepo, 2014).

Assim, foi com a ascensão da figura monárquica que se optou por acabar com o pluralismo de normas existente e com o senso de justiça não unificado, que caracterizava as sociedades medievais. Deste modo, tomou forma uma racionalidade individualista (por haver-se afastado a noção de coletivo), separando moral e justiça dos instrumentos jurídicos e sociais de então, de forma que somente passaram a ser reconhecidos os direitos determinados pelo soberano, sendo todos os outros, construídos socialmente, deixados à revelia do Estado, na clandestinidade (Grossi, 2003). Este fato explica que a modernidade minou as diferenças de interpretação do mundo e o reflexo delas na determinação das regras socialmente estabelecidas, seja pela lei ou pelos costumes. A modernidade, portanto, propôs um processo de homogeneização das visões de mundo, que também se estendeu ao poder político, reunindo na lógica

do Estado e da economia, as interpretações possíveis quanto à vida, inclusive no que se refere ao ordenamento do acesso à terra.

Tal transformação ficou clara com a adoção de medidas específicas a partir da modernidade, como se pode observar em marcos como a instituição das sesmarias portuguesas e dos cercamentos ingleses, que foram utilizados para substituir o direito natural à terra na lógica moderna, visando condicionar o acesso a esses instrumentos jurídicos do novo modelo econômico. Para Polanyi (2000), foi neste momento que a natureza se transformou em mercadoria (terra), e o ser humano foi convertido em mão-de-obra.

Para explicar a transformação da terra em mercadoria, Polanyi (2000) relembra os antecedentes da Revolução Industrial, durante o primeiro período da dinastia Tudor na Inglaterra. Foi naquele momento que ocorreram os cercamentos dos campos abertos (*enclosures*), convertendo-se a terra arável em pastagens. Esses cercamentos, conforme o autor, foram chamados de “revolução dos ricos contra os pobres”, uma vez que, na prática, havia o roubo da terra comum pertencente aos pobres. Naquele momento:

O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões (Polanyi, 2000)

Assim, com este passo inicial para a mercantilização da vida, o acesso à terra e aos elementos da natureza deixam de constituir um acaso para passar a serem determinados conforme a orientação dos interesses individuais, que vão se delineando em contraposição aos direitos de caráter coletivo medievais<sup>5</sup>. A terra, portanto, se viu transformada em mercadoria por meio da espoliação dos mais pobres, nos cercamentos. Por sua vez, essas pessoas, retiradas de seus contextos no campo, se viram sem opção de uma vida digna, acabando reduzidas a uma massa útil à industrialização nascente como mão de obra, e desprovida dos meios de produção.

Este processo ocorrido desde a Revolução Industrial se tem identificado como mercantilização da natureza, que possui uma inegável vinculação com a modernidade e com o capitalismo em si, desde sua constituição até o presente momento, havendo um contínuo aprofundamento desse processo ao longo da história. Mamed (2016), para compreender tal processo, considera necessário analisar elementos que incluem: a) o surgimento da modernidade e da sociedade capitalista, passando pelo mercantilismo e pela análise da consolidação da racionalidade moderna pela centralidade do ser humano em sua relação com a natureza; b) o processo de fragmentação, dominação e exploração da natureza inaugurado por esta nova racionalidade, incluindo os papéis da ciência para a busca de um ideal de progresso ou

---

<sup>5</sup> Nas páginas que se seguem, explico um pouco mais detidamente a evolução do processo de mercantilização da natureza um pouco além do início da modernidade, para depois retornar à sua contextualização na discussão da construção da racionalidade moderna.

desenvolvimento preconizados pelo modo de produção capitalista; e, c) as escolhas econômicas tomadas ao longo da história para manter o modelo em pleno funcionamento e gerando os resultados economicamente favoráveis, a despeito das limitações observadas frente à questão socioambiental (Mamed, 2016).

Por este motivo, há que se considerar que a análise desse longo processo de mercantilização da vida e da natureza deve ser complexa, pois não se restringe ao campo das ciências naturais, na observância de como a natureza tem reagido, mas também remete aos campos econômico, político e social. Assim, há que se compreender como ocorrem as relações de poder que regulam o acesso, a disponibilidade e a utilização da natureza, contrapondo-se a tendência de analisar separadamente os processos existentes (Bernardelli, 2010)<sup>6</sup>.

Não obstante o processo de mercantilização da natureza possa originar uma outra tese devido à sua complexidade, cabe analisar alguns pontos centrais da discussão para compreender a racionalidade da modernidade quanto aos elementos naturais e que reflete na forma como atualmente se executam as políticas voltadas à natureza.

Primeiramente, cabe compreender o que é a mercadoria para o capitalismo. Na definição marxista, mercadoria pode ser traduzida como objeto ou coisa destinada à satisfação de necessidades humanas, seja qual for a sua natureza ou origem, não importando se é meio de subsistência, objeto de consumo ou meio de produção (Marx, 2006).

No sistema capitalista, a mercadoria tem um papel central de modo que a utilidade de uma coisa depende das suas qualidades naturais, no seu uso ou consumo, fazendo da natureza um valor de uso. Por outro lado, considera-se que a mercadoria destinada a satisfazer as necessidades ou conveniências de outros indivíduos, quando trocada por outro objeto, constitui valor de troca. Para Marx, o valor de troca será determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção (Marx, 2006).

Nesse sentido, cabe ainda considerar o que Marx denominou como fetichismo da mercadoria, que remete ao fenômeno em que a mercadoria provoca no cérebro dos indivíduos uma inversão das relações sociais quando os produtos da atividade social (as próprias mercadorias). Nesse sentido, elas adquirem autonomia e se transformam no próprio sentido das relações, substituindo o lugar que antes pertencia às pessoas (Bernardelli, 2010). Assim, a mercantilização da vida transformou consideravelmente as relações entre coisas e pessoas, mostrando-se um aprofundamento da racionalidade moderna.

Além disso, há que se considerar que este processo faz parte da lógica do capitalismo, que transforma em mercadoria tudo aquilo que está ao seu redor e que forneça capacidade de produção, reprodução e fluidez (Whitacker, 2015), já que um modelo que propõe crescimento contínuo e lucros

---

<sup>6</sup> A compreensão dessa complexidade inerente à análise será fundamental para o postulado desta tese, que passa pela consideração de que as políticas de ordenamento territorial realizadas atualmente no Brasil, são realizadas de modo a considerar elementos importantes de forma separada, a exemplo da nítida separação entre as análises ambiental, social e agrária que deve permear o planejamento de uso da terra. Este tratamento, conforme será possível observar, afeta gravemente os direitos socioambientais.



cada vez maiores para se manter, necessita criar cada vez mais subsídios para se manter nessas características. Com relação à natureza, se tem considerado que desde o surgimento da modernidade e do capitalismo, este processo tem se aprofundado.

Assim, a ascensão do ser humano (humanismo) e a abordagem individualista do atendimento das necessidades humanas (pela instituição da propriedade privada da terra e da mercantilização do trabalho) passaram a compor um binômio importante para a compreensão do pensamento moderno que, segundo Costa (2004), inclui entre seus padrões, a ordem, o progresso, a razão, a objetividade, sistemas únicos de leitura da realidade, teorias universalistas, estabelecimento de fronteiras e outros tipos de barreiras, hierarquias rígidas, estabelecimento de instituições sólidas, poder central, além de claras diferenciações entre o público e o privado.

Villoro explica essas ideias trazidas pela modernidade como expressões de sua forma de pensar, pela preferência em relação a alguns valores e por um estilo de raciocínio que são oriundos de várias doutrinas que se aglutinam nesse pensamento moderno. Assim, no dizer do autor, não se trata de um sistema de pensamento em si, mas de uma mentalidade (Villoro, 2010).

O fato é que, partindo dessa ideia de humanismo e individualismo, o ser humano moderno passou a intervir de maneira cada vez mais incisiva na natureza como fim de modificá-la para atender às suas necessidades e também para realizar seu desejo de dominação. O caminho inicial escolhido para alcançar este objetivo, conforme já sinalizado, foi o desenvolvimento da ciência como ferramenta essencial ao capitalismo, sustentador do paradigma moderno.

# O PAPEL DA CIÊNCIA NA MODERNIDADE

**P**ara Villoro (2010), a natureza passou então a ser compreendida como resultado da ação de forças específicas, as quais deveriam ser conhecidas para tornar possível a previsão (antecipação) dos estados futuros. Quando o ser humano pudesse prever esses estados, portanto, seria possível dominar a natureza. Assim, conhecer e dominar, faria possível à humanidade planejar-se frente às adversidades para superá-las, além de subjugar as condições naturais para atender aos próprios desígnios<sup>7</sup>.

Na sistematização do conhecimento pela ciência moderna, é necessário, na lógica cartesiana que lhe é característica, que os ramos do conhecimento sejam divididos até que seja possível construir um todo verdadeiro, compatível com as premissas e com os modelos científicos. É daí que advém a ideia de especialização do conhecimento, retirando-se da ciência a possibilidade de pensadores integrais, que não dividissem sua área de conhecimento.

Segundo Bynum (2017), o conhecimento científico proposto por Descartes, só seria possível por meio do uso da razão, rechaçando outras formas de conhecer e conceber o mundo, tais como o conhecimento popular e o teológico que, em sua opinião, deveria ser atinente apenas à esfera privada dos indivíduos.

Sendo assim, o século XVII é considerado um marco no que se refere à construção do pensamento científico, incluindo o desenvolvimento do conhecimento necessário à dominação da natureza. Deste período datam descobertas e teorias fundamentais para a compreensão do mundo e do espaço. Como exemplo, tem-se as teorias formuladas por Nicolau Copérnico, Galileu Galilei, Francis Bacon e René Descartes<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Símbolo da racionalidade moderna pautada na cientificidade, René Descartes (1996) elaborou o método cartesiano, que parte da premissa do ceticismo metodológico, ou seja, na consideração de uma verdade somente mediante comprovação científica, submetida, portanto, ao método científico de análise, que deve ser feita seguindo-se a segmentação do conhecimento em diversas partes. Sua obra “O discurso do Método”, datada do ano de 1637, é considerada um clássico para a compreensão da concepção moderna de ciência.

<sup>8</sup> Copérnico, que viveu de 1473 a 1543, dedicou-se a estudar os fenômenos ocorridos no céu utilizando instrumentos astronômicos que permitiam medir os ângulos e posicionamento dos astros, não dispondo, no entanto, de aparelhos mais desenvolvidos como os telescópios. No ano de 1514, ele finalizou um estudo em que afirmava que a Terra girava ao redor do sol (heliocentrismo) e não o inverso. Além disso, foi Copérnico quem afirmou que as estrelas estavam muito mais distantes da Terra do que estudiosos anteriores afirmavam, calculando as distâncias entre os astros, que era muito maior do que se pensava. Na ocasião, Copérnico não publicou o escrito, justamente pelo receio das reações por parte da Igreja (Bynum, 2017). Galileu Galilei, por sua vez, pois viveu entre 1564 e 1642 e causou polêmicas durante toda a sua vida, pois, embora fosse católico, afirmava que a Igreja não explicava o funcionamento da natureza e realizou diversos estudos nesse sentido, como por exemplo, realizou diversas análises cinéticas, construiu telescópios, sempre com a intenção de explicar os fenômenos naturais, além das explicações teológicas (Bynum, 2017). Francis Bacon viveu entre os anos de 1561 e 1626 e foi um estudioso das ciências, realizava diversos experimentos de química, observava os fenômenos naturais atuou para o reconhecimento da importância da ciência, afirmando que “conhecimento é poder”. Para ele, a repetição de experimentos era fundamental para se obter um conhecimento científico válido. Analisando-se os dados por diversas vezes, seria possível, então, chegar, por indução a generalizações sobre um fenômeno. O método indutivo, originado nas contribuições de Bacon, ainda é bastante utilizado pelo meio científico (Bynum, 2017). Por fim, também importante para a compreensão da construção da ciência, René Descartes, que viveu entre 1596 e 1650, de forma similar a Galileu, também era católico, mas acreditava que a religião não deveria interferir nos estudos do mundo natural. Descartes iniciou sua contribuição à filosofia e às ciências pela postura de

As contribuições desses pensadores são parte do que se considera como Revolução Científica, que parte da premissa da busca pelo conhecimento de forma autônoma, desvinculando-se de ideias pré-concebidas como forma de construir uma ciência autônoma. Como já citado, esta postura se deve em grande parte à ascensão do humanismo e do individualismo. Não obstante os pensadores demonstrem até mesmo certa religiosidade, deixam claro que, para entender o mundo físico é necessário afastar-se dos dogmas religiosos.

Juntamente com a necessidade de superar os limites da natureza ao ser humano, o humanismo possibilitou a consolidação do modo de pensar moderno como elemento chave para a construção do conhecimento, assim como do tratamento da natureza de forma fragmentada, para conhecer cada um de seus aspectos de maneira mais detalhada visando, assim, dominar a natureza. Deve-se reconhecer que o método científico em muito contribuiu com a evolução do conhecimento da humanidade e melhorou a sua qualidade de vida.

A modernidade, que trouxe o novo modelo econômico e os avanços científicos, deve ser considerada, no dizer de Antony Giddens (1991), um fenômeno de dois gumes. Segundo o autor, o desenvolvimento da modernidade e de suas instituições oportunizaram aos seres humanos nela inseridos o gozo de uma existência mais segura e gratificante em relação a qualquer outro sistema pré-moderno. Como contraponto, boa parte dos autores clássicos da sociologia que analisam a modernidade (a exemplo de Marx e Durkheim), consideram a modernidade como turbulenta, além de concordarem que o trabalho industrial moderno submete os seres humanos à situações degradantes, por um labor maçante e carente de criatividade (Giddens, 1991). Portanto, a modernidade traz como característica marcante suas duas faces: a face do progresso e a face da desgraça que se abateu perante as diferentes sociedades submetidas aos seus parâmetros.

Grande parte das consequências negativas da modernidade foi absorvida pelos Países do Sul Global, que experimentou às últimas consequências de uma racionalidade voraz e degradante sob o modelo de colonização, ou, em outras palavras, de exploração dos povos e da natureza nesse novo espaço destinado ao modelo capitalista.

Como exemplo, tem-se a violenta e massiva substituição de tecnologias para produção agrícola. Leff (2009) explica que uma das estratégias da colonização consistiu em eliminar as práticas agrícolas adotadas pelos povos originários nas Américas para substituí-las por monocultura voltada para as demandas de mercado externo. A este processo o autor denominou como irracionalidade produtiva, por extinguir processos criados especialmente em razão das condições locais para implementar métodos de produção alheios às terras. No entanto, deve-se observar a intencionalidade contida em tais ações, pois, numa atitude de notável espoliação, buscou-se retirar dos povos originários sua maneira de lidar com a natureza e com suas necessidades (des)envolvendo-os de seu próprio ambiente. A colonização nas

---

tentar estabelecer bases novas em seus estudos. Para tanto, defendia que era preciso voltar à dúvida como postura inicial para a compreensão dos fenômenos (Bynum, 2017).

Américas pode ser considerada um dos grandes processos de separação perpetrados entre a natureza e a sociedade, fragmentando-as ao gosto da proposta de modernidade em que, para servir ao ser humano, a natureza deve deixar de fazer parte do “ser” da humanidade.

Assim, não há como deixar de relacionar a utilização do conhecimento produzido na chamada revolução científica à consolidação do sistema capitalista de produção e consumo e o salto observado através da revolução industrial.

Observa-se, conforme a análise de James O'Connor (2001), que o capitalismo, para existir, necessitou de algumas medidas específicas: a) as reformas políticas e jurídicas que tornaram possível a propriedade privada (as quais já foram mencionadas neste estudo); b) a revolução industrial e os avanços tecnológicos dela decorrentes; c) a conversão da terra e do trabalho em mercadorias fictícias, o estabelecimento de consumo em massa e de lutas sociais e d) a capitalização da natureza, gerando conflitos dentro do marco normativo moderno.

A Revolução Industrial, foi um processo fundamental para a consolidação de uma visão utilitarista da natureza, de modo que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia acabou sujeito ao princípio da exploração do trabalho, do incremento da mais-valia e da taxa de lucros, sem preocupações quanto aos impactos sociais e ambientais que a atividade econômica pode gerar<sup>9</sup>.

Assim, deve-se reconhecer que não é possível uma neutralidade da ciência e da tecnologia, pois dependem diretamente das pressões que a economia exerce sobre elas. Exemplo disso foi o próprio nascimento da modernidade, possível graças à ascensão de uma classe burguesa, dona do poder econômico, que reivindicou seu lugar nos arranjos de poder.

Nessa busca por colocar o ser humano no centro do poder e do controle da natureza e dos recursos, característica da modernidade, a humanidade contou com alguns instrumentos essenciais para chegar a este objetivo, sendo o principal deles, partindo do domínio da técnica sobre a natureza, a consolidação de um Estado, forte, presente, regulador das relações sociais por meio da atividade legislativa, exercendo o papel de homogeneizar tais relações para atender à nova racionalidade.

Porto-Gonçalves (2016) explica esse processo pelo viés da agricultura e sua regulamentação por parte do Estado:

Recordemos que agricultura es cultura del campo (agricultura) y que cultura tiene el mismo origen de cultivar, cultuar y cosechar. La agricultura, más que una técnica, es también horizonte de sentido para la vida, mundos de vida. Esa racionalidad técnico-científica se impuso con violencia epistémica y política a través del Estado Territorial Moderno, que se atribuyó la prerrogativa de legislar sobre todo un sistema de pesos y de medidas con una métrica propia que

---

<sup>9</sup> Sobre esta questão, convém demonstrar a reflexão de Mamed (2016): “Não se pretende com tais constatações, no entanto, invalidar a importância das conquistas científicas e tecnológicas para a humanidade. É fato que através delas foi possível melhorar a condição humana pelo acesso a novos produtos e tecnologias. No entanto, não é possível ignorar os efeitos colaterais, e os desequilíbrios socioambientais que tais mudanças ocasionaram. Há que se considerar que para todo avanço conquistado, retrocessos também foram observados, a exemplo da espoliação das terras pelo advento da propriedade privada e dos impactos ambientais visíveis, que vão desde a poluição atmosférica gerada pela disseminação de atividades industriais até os efeitos gerais de uma urbanização desenfreada, deixando a população mais pobre vivendo em condições sub-humanas”.

ignoró que en aquellos territorios de los Estados habitaban múltiples territorialidades. Por detrás del carácter nacional de los Estados encontramos violencia epistémica (Sousa Santos) y colonialismo interno (González Casanova). Lo que es propio de las comunidades étnicas y campesinas es el hecho de pesar y medir su espacio y su tiempo - en definitiva, sus horizontes para la vida – de modo original aunque en diálogo permanente.

Assim, observa-se que a figura nova da natureza assenta as bases para o conhecimento científico e conta com as instituições estatais para construir sua estrutura.

Para Warnavin (2010), as relações presentes entre sociedade e natureza podem ser consideradas como sendo reflexo de sistemas filosóficos e ideologias observadas no pensamento ocidental, a partir da constituição do Estado Nacional Moderno e também no iluminismo. Conforme o autor, esses momentos influenciaram de forma importante a comunidade científica, de modo que os modelos de abordagem da natureza pela ciência foram sendo modificados para materializar no mundo os reflexos dessa relação.

# AMÉRICA LATINA DE NATUREZA E SOCIEDADE FRAGMENTADAS: UMA ANÁLISE PELA PERSPECTIVA DOS SISTEMAS-MUNDO

Como se tem observado, a crise civilizacional vivenciada, à qual diversas crises se entrelaçam e se retroalimentam, está ligada à racionalidade moderna (pensamento moderno) que surge depois da idade média. Como visto, é nesta racionalidade do pensamento que se situa a ideia de separação do ser humano e da natureza, sendo esta a fonte para uma conservação/preservação de seus elementos sem presença humana, desconsiderando ou mesmo violentando os direitos de comunidades humanas, como será possível observar nos casos que serão estudados no decorrer da tese.

Para a compreensão deste processo, que tem contornos históricos, é necessário (re)pensar a respeito da própria configuração geopolítica atualmente existente, assim como do longo histórico de conflitos que lhe são próprios. Obviamente, esta configuração geopolítica teve que passar, para sua construção, por intensas transformações a partir dos momentos históricos em que se observam os conflitos pelo poder. Para Mignolo (2007) “a Terra não foi criada e dividida em quatro continentes desde seu início por um ser divino”. Assim, para compreender a relação das sociedades com a terra, é necessário analisar como se deu esse processo ao longo da história e quais relações de poder o envolvem.

Conforme Porto-Gonçalves e Quental (2012), o próprio conceito de América (e posteriormente a ideia de América Latina) refere-se a uma construção semântica com implicações políticas, econômicas, epistêmicas e éticas. Em sua análise, tais conceitos surgiram e se impuseram como uma lógica externa, em detrimento de uma conceitualização originária do próprio continente.

No mesmo sentido, Leff (2009) considera que a economia capitalista se instalou como o núcleo duro da Modernidade, fundamentada no consumo destrutivo da natureza, no qual se inclui a exploração do trabalho das populações indígenas e dos recursos naturais das regiões colonizadas.

Dos autores, portanto, depreende-se que no processo de colonização, optou-se pela superposição do poder pelos colonizadores, destruindo as formas de sociedade já existentes e desconsiderando suas visões acerca das relações enquanto seres sociais e das relações com o seu próprio ambiente, para fundar um eixo de poder totalmente eurocentrado, desconsiderando qualquer construção social anteriormente praticada.

Assim, para Mignolo (2007) a “América nunca foi um continente que houvesse que descobrir e sim uma invenção forjada durante o processo da história colonial europeia e da consolidação e expansão das ideias e instituições ocidentais”. Nesse sentido, deve-se concordar que a “descoberta” das Américas constitui um elemento chave que modificou fundamentalmente as relações de poder no mundo, inaugurando o período no qual vigoraram as relações de exploração colonial. Apesar disto, esta descoberta não se mostrava uma situação a ser observada e compreendida pelos colonizadores, mas um

contexto que seria possível subjugar, conforme os interesses daqueles que empreenderam a colonização, pela força do poder bélico. Com base nesta situação de desigualdade de poderes entre velho e novo mundo, portanto, foi construída a geopolítica mundial e suas relações, marcadas pela prevalência de interesses econômicos, em especial aqueles atinentes aos colonizadores.

A importância desta relação de subjugação é inegável no que se refere à essencialidade para a ascensão da Europa como potência econômica. Para Porto-Gonçalves e Quental (2012), a América desempenhou um papel fundamental naquilo que Immanuel Wallerstein denominou como sistemas-mundo moderno ou Teoria do Sistema Mundo (TSM), pois é graças a este acontecimento que a Europa pôde se afirmar como centro geopolítico do mundo<sup>10</sup>.

Para a TSM o continente Americano teve importância no quesito geográfico, para Wallerstein:

o estabelecimento de uma tal economia-mundo capitalista: (i) uma expansão com a dimensão geográfica do mundo; (ii) o desenvolvimento de métodos diferenciados de controle do trabalho para diferentes produtos e diferentes zonas da economia-mundo; e (iii) a criação de aparelhos de Estado relativamente fortes naqueles que viriam a tornar-se os estados centrais desta economia-mundo capitalista (Wallerstein, 1974a).

Para Dussel (1993), também numa linha decolonial de interpretação da modernidade, o período originou-se nas cidades europeias medievais, centros de enorme criatividade. Mas “nasceu” de fato quando a Europa pôde se confrontar com seu “outro” e controlá-lo, vencê-lo e violentá-lo, ou seja, quando pôde se definir como um “ego” descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade. Conforme visto no item anterior, esse nascimento da modernidade tendo a Europa como berço, é questionado pelo viés decolonial:

O ano de 1492, segundo nossa tese central, é a data do “nascimento” da Modernidade, embora sua gestação - como o feto - leve um tempo de crescimento intra-uterino (...) De qualquer maneira, esse Outro não foi “descoberto” como Outro, mas foi “en-coberto” como o “si-mesmo” que a Europa já era desde sempre. De maneira que em 1492 será o momento do “nascimento” da Modernidade como conceito, o momento concreto da “origem” de um “mito” de violência sacrificial muito particular, e, ao mesmo tempo, um processo de “en-cobrimento” do não-europeu (Dussel, 1993).

A representação das gentes que viviam nas terras “novas” foram apresentadas em imagens, mapas, em uma visão do *ego conquiro*, dotada de uma natureza abundante. Porém o outro era apresentado

---

<sup>10</sup> Immanuel Wallerstein analisou em profundidade o colonialismo africano até os anos 1970, quando se converteu num dos mais influentes teóricos da economia capitalista global. Referência para o movimento antiglobalização, desenvolveu uma particular análise das origens e evolução do sistema capitalista. A sua obra principal O sistema-mundo moderno, publicada em quatro volumes (1974, 1980, 1989 e 2011), estabeleceu as origens do atual sistema econômico global entre finais do século XV e as primeiras décadas do século XVI na Europa, particularmente na Inglaterra e na França. A obra aborda a expansão-transição do capitalismo a partir do feudalismo e antecipa as crises climáticas, demográficas, políticas e mesmo culturais. Discordou do caráter burguês da Revolução Francesa ao entender que o capitalismo já se consolidara dois séculos antes. É de Wallerstein o mérito de colocar, seguindo o conceito marxista, a superestrutura ideológica no mesmo nível da estrutura econômica. O sistema-mundo de Wallerstein problematiza os distintos níveis em que se enquadra a ordem mundial: núcleo, semiperiferia e periferia (Instituto Humanitas Unisinos, 2019).



como preguiçoso e bestial, de forma que o espaço das novas terras poderia ser considerado como vazio<sup>11</sup>, apto a ser ocupado.



**Figura 02.** Tela de Jan van der Straet, called Stradanus (1523–1605 Florence). Retratando a visão Eurocêntrica e patriarcal, onde a figura indígena, feminina e indolente, sendo despertada de seu sono pelo homem europeu.. Fonte: NETMUSIUM. Disponível em: <<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/343845>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

Assim, tendo encontrado tamanha quantidade de terras, sem donos (no sentido europeu) a serem considerados como ameaça de resistência, coube aos colonizadores então recorrer às suas técnicas de organização e aproveitamento do território<sup>12</sup> para auxiliar a consolidação do seu poderio e domínio

<sup>11</sup> Segundo Harley (1995); Os “silêncios” dos mapas são um conceito central em toda argumentação concernente à influência de suas mensagens políticas ocultas. Afirma-se aqui que, assim como certos exemplos de escritas ou de falas, os mapas exercem uma influência social, tanto por suas omissões quanto pelos elementos que elas representam e valorizam.

<sup>12</sup> Dê-me um mapa; depois mostre-me  
Tudo o que me resta para conquistar o mundo ...  
Aqui, eu comecei a andar em direção à Pérsia,  
Ao longo da Armênia e do mar Cáspio,  
Depois até a Bitínia onde eu fiz prisioneiros  
Os Turcos e sua grande Imperatriz.  
Depois eu andei até o Egito e a Arábia,  
E aqui, não distante de Alexandria,  
Onde o Mediterrâneo e o Mar Vermelho se encontram,  
Distantes um do outro menos de cem léguas,

através do conhecimento e da sistematização de informações sobre as terras então consideradas “intocadas”.

surgieron de la tendencia a desaparecer la diversidad del paisaje americano al implantar otro a favor de los estereotipos europeos. Los grabados europeos los habrían llenados con las únicas convecciones paisajísticas que les eran familiares. El estereotipo del paisaje se puede ver más atractivas para los colonizadores o para atraer a potenciales propietarios. Estamos ante la transposición de una cultura a la geografía americana de los valores y preferencias europeas en relación con el paisaje (Harley, 2005).

O Planisfério de Rosseli (1507-08), é um exemplo do esforço que realizavam os cartógrafos da época para representar as novas Terras “descobertas” dentro dos mapas conhecidos. Com grande criatividade recorreram a diversas projeções para tentar localizar e colocar os descobrimentos sobre o mapa ptolemaico (da antiga Grécia), para apresentar ao mundo o novo continente que chamaram de América e também para viabilizar a sua exploração.



**Figura 03.** Planisfério de Rosseli, primeiro mapa onde o “Novo Mundo” é representado . Fonte: Museo Nacional de Costa Rica. **El novo Mondo**. Disponível em: <[http://www.museocostarica.go.cr/en\\_en/aportes/exhibici-n-il-nuovo-mondo.html?Itemid=110](http://www.museocostarica.go.cr/en_en/aportes/exhibici-n-il-nuovo-mondo.html?Itemid=110)>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

---

Eu pretendo abrir um canal entre os dois  
Para que os homens possam navegar rapidamente em direção à Índia.  
Depois, de lá, em direção à Núbia perto do lago Borno,  
E ao longo do mar da Etiópia,  
Cortando o trópico de Capricórnio,  
Eu conquistei tudo até Zanzibar. Christopher Marlowe, Tamburlaine, Segunda parte (V.iii 123-139)

De fato, a descoberta das Américas se mostrou essencial, em especial, por haver fornecido à Europa condições materiais para alcançar os patamares de riqueza e opulência relatados nos textos históricos. Nas palavras de Porto-Gonçalves (2003):

Sem o ouro e a prata da América, sem a ocupação de suas terras para o plantio da cana-de-açúcar, do café, do tabaco e tantas outras especiarias, sem a exploração do trabalho indígena e escravo, a Europa não se faria nem moderna, nem centro do mundo (Porto-Gonçalves, 2003).

Portanto, o poderio europeu se tornou possível graças à retirada sem limites das riquezas naturais (expropriação ambiental), além da exploração dos povos nativos como mão de obra e fonte de informação acerca das características territoriais do continente recém-descoberto.

Nesse sentido, há que se reconhecer a influência moderna para o controle e apropriação da natureza e dos povos, implementado nas colônias através da institucionalização de um conjunto de ciências que permitiram ao Estado moderno reconhecer, avaliar, nomear, classificar, exportar e comercializar os recursos naturais que considerassem úteis para o projeto de acumulação de riquezas, típico da modernidade (Castro-Gómez, 2004).

Foi neste processo de dominação e exploração da América para fortalecer o projeto moderno europeu que se identificou um dos principais fatores da intensa modificação sofrida no cenário mundial, em fins do século XV e início do século XVI. Naquele contexto, observou-se o extermínio de populações inteiras, desenvolveu-se a escravidão, a servidão, a (des)possessão de terras e a exploração desmedida dos recursos naturais. É nesses acontecimentos que se encontram as bases fundamentais das relações sociais e de poder que constituem a América, Europa e o sistema-mundo moderno nascido (Porto-Gonçalves; Qüental, 2012). Nas palavras de Quijano:

[...] o sistema mundo moderno que se forma a partir da conquista da América em 1492 – e às custas dessa conquista – configura-se, em verdade, como um sistema mundial moderno-colonial, expressão criada com o objetivo de designar a contraface colonial constituinte da modernidade e do sistema-mundo moderno (Quijano, 2005).

A grande marca da colonização (e da modernidade), portanto, consiste em criar um modelo de exploração econômica de dimensão “mundial”, tornando possível a sobreposição de poder de uma sociedade sobre a outra, num complexo processo que vem resultando na crise civilizacional. Segundo este modelo, separa-se a concepção de sagrado das atividades econômicas, legitimando-se, inclusive a desconsideração do outro (povos originários) enquanto pessoas dotadas de racionalidade legítima e mesmo, de alma e humanidade.

Nesse sentido, no caso da invasão e conquista dos povos originários latino-americanos, observa-se que uma forte discussão orientou a questão da justificação da exploração do território recém descoberto: a existência de alma (ou se poderiam ser considerados pessoas, em termos civis) ou não dos povos encontrados nas Américas. Este debate foi fundamental à época, já que a violência com que os conquistadores tomavam as terras, seus recursos e os povos conflitava com o discurso de fraternidade religiosa que prevalecia pela influência da Igreja Católica na política.

Conforme Gutiérrez (2014):

Em 1542 Colombo chegou às terras que hoje conhecemos como América. Se a Espanha queria ter domínio sobre esses novos territórios, além de ter força militar, precisava de argumentos jurídicos, filosóficos e teológicos para justificar essa ação. Nessa época, os “argumentos da teologia” se confundiam com as razões de estado. Assim, qualquer argumento econômico, jurídico ou filosófico, para ser válido, primeiro tinha que ser validado pelos teólogos. Os argumentos elaborados para justificar o pretendido domínio da Espanha sobre a América foram muitos.

Para superar qualquer impedimento à conquista, era necessário desqualificar os povos originários a ponto de não os considerar pessoas, para assim, justificar a intervenção no território e o saque dos recursos. Deste modo, foi utilizado o argumento da “guerra justa”.

A discussão mais relevante que se destacou sobre esta questão foi travada entre Bartolomé de Las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda, que ficou conhecida como “controvérsia de Valladolid”, em 1550. Assim, enquanto Las Casas argumentava em favor dos direitos dos povos originários, Sepúlveda defendia o direito dos espanhóis sobre as terras conquistadas e sobre os povos.

Diferente do que ocorreu com outros países que realizaram colonização como a Inglaterra e Alemanha, na Espanha houve uma grande preocupação com a legalidade das conquistas. Por isso, foram produzidos debates intensos, fomentados pela própria coroa. Os conquistadores, quando questionados, tiveram que explicar suas ações frente às autoridades. Nesse contexto, observa-se que, a partir da confrontação com o outro, os colonizadores europeus buscavam não uma compreensão do mundo a respeito dos povos, mas tão somente argumentos para justificar suas ações para incremento de seu próprio desenvolvimento econômico, apesar da aparente preocupação manifesta sobre a violência com que esses processos aconteciam.

De acordo com Restrepo (2018), a natureza americana, assim concebida, surgiu num momento histórico em que vigia a colonialidade dos corpos, das espiritualidades e da conquista sempre violenta dos territórios e também de suas condicionantes ambientais. Segundo sua concepção, a natureza americana não foi apenas um descobrimento sobre crônicas, mapas e desenhos para representação de um espaço físico, mas significou, sobretudo, um reconhecimento de existência, o que tornou possível a dominação.





**Figura 04.** Construção de Cuzco (Peru) sobre as fundações das cidades incas. Fonte: HISOUR. Disponível em: <<https://www.hisour.com/pt/inca-architecture-29144/>>. Acesso em 13 de dezembro de 2019.

Além disso, esta nova configuração de poderes geopolíticos, no contexto do imaginário moderno, estabeleceu-se sobre os pilares da primeira natureza moderna (a natureza americana), porque não bastava admirá-la: conforme a racionalidade moderna, era necessário edificar a ideia de que a natureza é adversária do ser humano. Assim, conforme este modo de análise, passou-se a defender e a empreender a extinção dos povos (Restrepo, 2018). A partir de então, esta natureza originária, também composta pelos povos e suas construções sociais e físicas, deveria ser substituída por uma natureza diversa, fruto da construção humana de base europeia, que viria a sufocar a primeira.

Assim, considerando a visão de dominação característica da colonização e das ações realizadas em seu nome, O’Gorman (1961) considera que o aparecimento da América na história tal como foi resultado da intervenção (no sentido de imposição) do pensamento ocidental, e não como um mero descobrimento físico e casual, desprovido de intencionalidade. Nesta concepção, não há como não considerar o intuito de dominação colonial, uma vez que é clara a postura de colocar os seres humanos aqui encontrados num patamar inferior de humanidade, dignidade e autonomia, pelo objetivo inequívoco de aproveitar-se das condições materiais encontradas para construir um projeto de hegemonia, dominando os demais povos e seus recursos.

Conforme explica Restrepo (2018), é no ego conquistador que se conjugam os mitos sobre os colonizados como uma verdade histórica acerca da predestinação dos povos “encontrados” a serem submetidos ao poderio dos europeus, de modo que desde o descobrimento (ou invasão), a natureza se traduz como terra de saque e motivo de guerras, que definiram o mundo racional moderno e ocidental.

Conforme visto, a visão da racionalidade moderna sobre a natureza, portanto, ocasionará uma gestão irresponsável da relação entre meio ambiente e sociedades. A lógica utilitarista, presente no discurso moderno, atualmente se revela sob o viés do discurso desenvolvimentista, sendo sua principal vertente de compreensão aquela voltada ao desenvolvimento como progresso econômico, o que em muito contrasta com a busca por uma sociedade justa, igualitária e socioambientalmente adequada.

Podemos decir que esta es precisamente la matriz que direcciona la gestión capitalista de la Naturaleza, responsable de la crisis ambiental actual por una colonialidad que va actualizándose por la vía del discurso de desarrollo, o como diría Dussel (1994) por la falacia desarrollista (Restrepo, 2018).

Assim, o tratamento moderno ao meio ambiente torna a natureza fragmentada, o que ocorreu de forma ainda mais nefasta na América Latina, contribuindo com a criação de um dos maiores desafios da sociedade atual: a superação de uma crise socioambiental instalada.

Não obstante, um dos pontos chave que precisam ser considerados para a compreensão da modernidade e suas facetas remete ao lugar em que se posiciona o ser humano nesta concepção. Nos itens anteriores foi possível observar que o racionalismo baseado no humanismo e no individualismo foi crucial para a conformação da sociedade moderna, propiciando, cada vez mais, o uso da técnica e a busca por conhecimento acerca das diversas questões do universo. Neste momento, no entanto, será enfocada a questão de como esse domínio das ciências e do conhecimento em geral ocasionou uma clara distinção entre o mundo natural e o mundo do humano, como se pudessem ser considerados de forma separada.

Em síntese: a modernidade é consolidada enquanto racionalidade, além de representar um período cronológico do ponto de vista histórico (Villoro, 2010), trazendo uma consequência inevitável: a separação entre o humano e o natural, que se apresenta como um processo evidente da modernidade. De acordo com Restrepo (2018), o sistema moderno, colonial e capitalista, traduziu a “soberania ecológica” dos povos em duas geografias distintas, tratando as suas formas de relacionamento com a natureza, sob o prisma da extinção. Assim, a modernidade é uma episteme extrativa, que a partir de uma geografia específica, impõe um único significado acerca da natureza para o resto do mundo, o significado da exploração, gerado no berço europeu e implementado para outros povos, sem qualquer preocupação com a compatibilidade dos modelos impostos aos povos encontrados. Na modernidade, portanto, o conhecimento foi produzido para servir aos anseios de exploração da Europa diante de outras partes do mundo.

Como foi possível observar, foi justamente esta a proposta da modernidade para resolver as questões da existência humana: para fugir da escassez contumaz e dos limites que o ser humano encontrava, optou-se por retirar o ser humano do contexto da natureza, a fim de que os sistemas produtivos humanos fossem enquadrados na economia capitalista.

Isso fica claro, justamente, com o confronto dos colonizadores do velho mundo diante do “outro”, em especial dos povos originários latino-americanos, cuja lógica de relação com o ambiente era virtualmente diferente da lógica de luta contra a fome observada no contexto europeu.

# NATUREZA E SEUS MODOS DE CONHECER

A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá, mas não pode medir seus encantos (Manoel de Barros, 2010).

A partir da compreensão do que a modernidade representa para a América Latina, seus povos e suas gentes, cabe buscar uma compreensão acerca da natureza e de como esta racionalidade moderna se manifesta na forma de conflitos socioambientais. Deste modo, torna-se relevante refletir sobre como a humanidade vem concebendo a natureza ao longo da história, o que está diretamente ligado à relação que se tem com o ambiente em cada um desses momentos. O objetivo deste capítulo, portanto, é demonstrar a evolução dessa relação e seu aprofundamento nos processos de mercantilização da natureza e de acumulação por espoliação, que irão exercer um papel fundamental no ordenamento territorial adotado pelas políticas públicas atuais.

Ao contemplar a diversidade do mundo, conforme Villoro (1993), o sentido comum da sociedade em geral tende ao estudo e descrição da natureza própria de cada coisa, estabelecendo-as em classe e diferenciando-as. Após este estudo, através do método científico, são estabelecidos conceitos que expliquem ou que sejam aplicáveis à enorme diversidade percebida no mundo. Segundo este pressuposto, por tal racionalidade, deve-se considerar que a natureza está sujeita às mesmas regras, obedecendo às mesmas leis gerais. Deste modo, tudo está ligado a tudo, porque deriva dos mesmos princípios, que não subsistem quando postos fora desse todo, pois lhe são intrínsecos (Villoro, 1993).

Muito embora esta concepção da natureza a considere de certo modo homogênea e sujeita às mesmas regras, o pensamento moderno sobre a natureza também reconhece que ela não está composta apenas de uma matéria, de modo que ela não é um receptáculo passivo de tudo o que vier de um contexto exterior a ela. Reconhece-se que a matéria é dinâmica, e que contém em si mesma os atos que lhe sobressaem, estando constituída de forças que proporcionam mudanças (Villoro, 1993).

Esta ideia acerca da natureza, se distingue daquela ostentada durante a idade média, que defendia que a natureza estava condicionada à vontade das divindades, não cabendo ao ser humano buscar compreendê-la nem racionalizar o seu funcionamento. Conforme Villoro (1993) a nova ideia de natureza começou a surgir tanto na Itália como nas cidades alemãs com diversos autores. Inicialmente, de forma primitiva pela prática da magia e da astrologia. Naquele contexto, a ideia de que a natureza estaria dominada por uma “alma do mundo” proveniente do neoplatonismo se mostrava como a melhor maneira de explicar como todas as partes do Universo, mesmo distantes, apresentavam uma “simpatia universal”.

Diante dessas novas formas de analisar a natureza, surgiam então, conforme a análise de Villoro (1993), quatro possibilidades:

- Possibilidade 1 - uma síntese universal no espaço: a natureza, conforme a nova ideia, busca explicar a conexão e interdependência dos elementos naturais entre si, estabelecendo uma razão para a ocorrência dos fenômenos, não por sua própria natureza, mas com base no que acontece com outros fenômenos.
- Possibilidade 2 - uma síntese universal no tempo: segundo esta ideia, a crítica à física aristotélica e a nova ideia de mudança, propiciam conceber os processos naturais como desenvolvimentos em que se nota a presença de um mesmo princípio que desencadeia o conjunto de transformações.
- Possibilidade 3 - uma síntese universal no espaço e no tempo: nesta possibilidade, considera-se a necessidade intrínseca da natureza para explicar seus fenômenos. Assim, a razão não está fora da natureza.
- Possibilidade 4 - o ser humano intervém e modifica a natureza: conforme esta concepção, o ser humano encontra realização ao criar uma segunda natureza sobre a primeira, como forma de conhecer seu contexto e dominá-lo. Nesse sentido, a magia e a ciência não respondem a uma contemplação desinteressada. Nas palavras de Villoro (2010), são “um saber de domínio”.

Portanto, regressando a análise às considerações anteriores sobre a revolução científica e a fragmentação da natureza e de seu domínio, vê-se que há um claro processo ao longo da história, demonstrando que a humanidade (do ponto de vista hegemônico) passou de um estado de quase total submissão às condições naturais, com uma reflexão voltada apenas à sobrevivência, para uma busca por conhecimento para dominar os processos naturais e submetê-los aos seus próprios interesses enquanto sociedade.

Em estudo a respeito da racionalidade sobre a natureza predominante em cada momento histórico, Mamed et al. (2017) apresentam uma síntese da evolução na ideia de natureza e da relação para com a sociedade, que se compatibiliza com as características apresentadas ao longo deste capítulo, da seguinte forma:

- Durante a antiguidade, nota-se a consideração da natureza como parte da existência humana, de forma que, naquele contexto, não se observava uma ideia de separação entre sociedades e natureza, buscando-se compreender o meio para verificar de que modo este influenciava na vida social. Dos escritos da época, em especial aqueles sobre a ideia *physis* grega, mostram que o ser humano buscava compreender a si mesmo e ao mundo, como parte indissociável da condição humana e de seu existir com a natureza. A *physis* grega constituía uma categoria de análise que incluía todos os fatores da existência humana para a realização de seus estudos (2017).



- Já durante o período medieval, se observa a mudança de paradigmas, pois, enquanto na antiguidade predominou a busca humana por explicações sobre os fenômenos naturais a partir da cosmologia das sociedades, na Idade Média tem-se a prevalência das explicações teológicas cristãs vinculadas ao catolicismo, de modo que o mundo era interpretado através das lentes da religiosidade, predominantemente pela Igreja Católica. Há uma vinculação do ser humano com a natureza, mas numa perspectiva de submissão à vontade divina (2017).
- Por sua vez, é durante a modernidade que se observa a interação entre sociedades e natureza sofrendo uma profunda intensificação, graças ao conhecimento científico acerca dos ciclos naturais e da criação de novas formas de exploração e modificação do meio ambiente, ocasionando o que se tem denominado por crise socioambiental (2017).

Este processo, como observado de forma generalizada, redundou em uma situação de crise, que não se atém apenas à disponibilidade de recursos naturais, mas também afeta a qualidade da vida humana, em especial quando se considera a diversidade de sociedades existentes e seus modos de interrelacionar-se com a natureza. Especificamente, na modernidade, o conhecimento, que deveria trazer maior eficiência e racionalidade no trato com a natureza trouxe o inverso, ou seja, a utilização do conhecimento para explorar ao máximo os recursos naturais, tratando as necessidades de recomposição do ambiente e os direitos dos povos fora do eixo prioritário. Conforme Porto-Gonçalves (2016):

En toda la historia de la Humanidad, ¡nunca tuvimos un período de 50 años en el que tantas comunidades étnicas y campesinas hubiesen sido destruidas! Aunque de un modo diferente según las regiones, ese proceso ha sido permanente y podemos tomar el año 2007 como un marco geográfico planetario porque, por primera vez, ese año registramos que la población urbana mundial era mayor que la población rural. Al mismo tiempo, en 2010 había un 64% más de habitantes rurales que en 1960; es decir, ¡nunca tuvimos tantos campesinos y comunidades étnicas sobre la faz de la Tierra! En ese mismo período, la población urbana creció un 352%, pasando de 995 millones de personas a 3.510 millones de habitantes. Estos acontecimientos tienen enormes implicaciones teórico-políticas, porque traen a la luz la ruptura metabólica olvidada por la tradición eurocéntrica del conocimiento que, con su idea maestra de “dominación de la naturaleza”, colonizó el mundo con su antropocentrismo (Porto-Gonçalves, 2016).

Observando, portanto, a própria história humana e da modernidade, deve-se reconhecer que ainda há muitos desafios a serem transpostos quanto às relações entre os seres humanos e o meio ambiente. O crescimento da população, a desigual distribuição da terra e a existência de bolsões de pobreza, para citar exemplos, são situações que deixam em evidência as características graves e desumanas que se mostram no contexto da crise.

**Quadro 01.** Transformações nas noções sobre a natureza na América Latina. Fonte: Adaptado de Restrepo (2018).

<b>A NATUREZA ABUNDANTE</b>	<b>NATUREZA INFERIORIZADA E FONTE DE ESCASSEZ</b>	<b>NATUREZA PRODUZIDA E REINVENÇÃO DA ESCASSEZ</b>
Fins do século XV, século XVI e meados do século XVII	Meados do século XVII, séculos XVIII, XIX, XX e XXI	Começo do século XX até a atualidade
Primeira conquista da modernidade	Segunda conquista da modernidade	Terceira conquista da modernidade
Natureza é secreta e abundante	É possível controlar a natureza com uso de dados	Transformação da natureza para acumulação de capital. Controle e produção do capital
Produz imaginação de bestialidade, monstruosidade.	O ser humano se coloca acima das determinações naturais	Há a administração da escassez para alguns e da abundância para outros
Descrição fantasiosa da paisagem	Descrição detalhada da paisagem	Natureza a partir do molecular
Natureza absorve a humanidade	Instrumentalidade e ciência	Construção de ecossistemas para o capital. Ideia de serviços ambientais
Mito da abundância <sup>13</sup>	Mito da escassez e permanência do mito da abundância	Discurso de preservação e proteção do meio ambiente e permanência do mito da abundância

Na visão de Porto-Gonçalves (2016) tem-se aprofundado a supressão das paisagens pela adoção de monoculturas que se perdem no horizonte. A preferência por modelos deste tipo, causa o empobrecimento da diversidade de lugares e afetam as formas reproduzir e admirar as paisagens. Diga-

<sup>13</sup> Sobre o mito da abundância, considera Restrepo (2018, p. 62): “El mito de la abundancia es una expresión de la práctica de conquista en América Latina, que creó formas simbólicas de representar geografías y espacialidades de lo desconocido. De allí, que cuando pensemos en la Patagónica, en la cordillera de los Andes, en la Amazonia, en el Tapón del Darién, en la región del Chocó o en la gran cuenca de Rio Paraná tengamos como representación directa la imagen de la abundancia como mito en nuestra subjetividad, de paisajes extremos y de una profunda diversidad ecosistémica, mucha agua y variedad infinita de minerales, especies vegetales, animales y forestales. Tal imagen es una manifestación de la colonialidad de la naturaleza que ha perdurado en los 526 años de colonialidad, es decir, la modernización de los territorios comienza cuando describimos el contenido de los territorios desde estas representaciones, ignorando los diversos sentidos ontológicos de pueblos que habitan en estos espacios. Miremos algunos elementos característicos de esta colonialidad de la naturaleza desde sus comienzos”.

se de passagem, este processo vem sendo observado desde a colonização, alterando-se apenas os atores sociais e políticos envolvidos. Assim, desde aqueles momentos, permanece a lógica de desvalorização do que é originário na América Latina, impondo-se racionalidades e tecnologias externas.

É certo que, por se tratar de um trabalho com delimitações específicas, não é possível abordar todos os problemas socioambientais advindos da tensa relação entre natureza e sociedades. No entanto, citando-se exemplos como estes, tem-se uma certa dimensão da problemática que representa a abordagem moderna em termos de meio ambiente.

Por fim, é interessante sintetizar as transformações das noções de natureza ao longo da modernidade, sob a análise de Restrepo (2018), que vem de encontro aos argumentos desenvolvidos ao longo deste estudo.

Assim, analisando-se as modificações nas concepções da natureza ao longo da história, observa-se que esta vem sendo transformada à medida dos interesses da humanidade e dos poderes que se destacam em cada momento. Na antiguidade, idade média e modernidade, as visões sobre a natureza divergem substancialmente. No entanto, dentro de cada período, em especial na modernidade, também são observadas visões diferenciadas, conforme o estudo de Restrepo (2018) demonstrado no Quadro 01.

Portanto, observa-se que o ser humano vem tentando há longa data, tomar medidas diferentes frente aos seus problemas com o ambiente, adotando posturas diversas e que buscam, em tese, resguardar as sociedades da rudeza da natureza e garantir a sua sobrevivência. No entanto, observa-se que as transformações profundas acontecem durante a modernidade, período em que se institucionaliza um tratamento predatório para a natureza, trazendo diversos prejuízos às sociedades que dela dependem, na contramão dos avanços que a tecnologia proporcionou.

# MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA E ALTERNATIVIDADES

**A**o longo da história, em especial a partir da modernidade (observando-se o que foi abordado no capítulo anterior), observa-se o desenvolvimento do capitalismo e dos processos que visam fortalece-los. Além da mercantilização da terra e do trabalho humano no advento da Revolução Industrial, observa-se a inclusão de novas mercadorias. A mercantilização de todas as relações, por vezes é apresentada como solução para conflitos, coisificando o ser humano e empobrecendo a existência humana (Gameiro; Martins, 2014).

Para Gameiro e Martins (2014), na perspectiva marxista, a terra e o que há nela constituem uma parte do corpo inorgânico do ser humano, de forma que a separação entre natureza e sociedades, através da expulsão de grupos e classes específicas de seus territórios, com a apropriação das terras privadas comuns são fenômenos que refletem o pensamento moderno e ocidental e contribuem com a dissociação desses elementos. Para os autores, a terra “conceitualmente separada, torna-se um objeto a ser usado, descartável quando conveniente, substituído sempre que necessário. Uma mercadoria regida por leis da oferta e procura” (Gameiro; Martins, 2014). Assim, a dissociação entre natureza e sociedades possibilita o uso dos elementos da natureza pelas sociedades, para atender as suas necessidades e também para servir de instrumentos para incrementar a capitalização do maior número de aspectos possíveis da vida humana.

Para Polanyi (2000) o afastamento do Estado, não intervindo nesse processo de transformação dos elementos naturais em mercadoria, favorece esta dissociação entre natural e social. O modelo proposto, nesse sentido, é o da autorregulação:

A autorregulação significa que toda a produção é para venda no mercado, e que todos os rendimentos derivam de tais vendas. Por conseguinte, há mercados para todos os componentes da indústria, não apenas para os bens (sempre incluindo serviços), mas também para o trabalho, a terra e o dinheiro, sendo seus preços chamados, respectivamente, preços de mercadorias, salários, aluguel e juros (Polanyi, 2000).

Trata-se, portanto, da transformação gradativa de tudo o que é importante para o desenvolvimento da vida. Isto vem ocorrendo, conforme observado ao longo deste trabalho, no contexto de construção da racionalidade moderna e do capitalismo, que necessita garantir a acumulação de capital.

Compreendida a lógica da mercantilização da vida e da natureza, cabe observar alguns marcos necessários ao seu entendimento de forma contextualizada historicamente. Para Mamed (2016) o processo de mercantilização da natureza apresenta como marcos importantes, além do surgimento da racionalidade moderna e do capitalismo em sua origem: a) elementos antecedentes ao capitalismo, como o mercantilismo; b) a Revolução Científica e Industrial; c) o fenômeno da acumulação primitiva descrito

por Marx; d) os ideários liberais e sua vertente do neoliberalismo<sup>14</sup>; e) o modelo colonialista e sua herança de colonialidade (inclusive na formação dos Estados Nacionais e na consolidação de um capitalismo periférico); f) o ideário desenvolvimentista e, atualmente; g) as políticas voltadas ao meio ambiente baseadas no desenvolvimento sustentável.

O processo de mercantilização da natureza, como visto, acompanha a própria história do capitalismo, apresentando seu auge mais recentemente sob a forma das políticas baseadas na ideia de desenvolvimento sustentável, o que acaba se agravando em razão das crises relacionadas ao meio ambiente.

Conforme defende Whitacker (2015), os recursos naturais jamais poderiam ficar fora deste processo de mercantilização, seja por fornecer matéria prima bruta, pelo potencial energético ou, ainda, pelo substrato territorial, elementos necessários à existência e aprofundamento do modelo capitalista. Não obstante à aparente irreversibilidade deste processo, Polanyi adverte a respeito dos problemas que a falta de controle estatal necessária à mercantilização da natureza podem acarretar:

Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias -primas (Polanyi, 2000).

Atualmente, pode-se dizer que as estratégias de poder e a mercantilização dos elementos naturais formam parte de um jogo que se pode chamar de “geopolítica da biodiversidade”, no dizer de Porto-Gonçalves (2006). Segundo o autor, esses mecanismos regulatórios e conceitos apresentam-se como portadores de “verdades universais” e tem sido inseridos na lógica de construção de uma política de caráter neoliberal, que se utiliza da questão ambiental como fator propulsor. Além disso, também vem ocorrendo a mercantilização dos elementos da natureza por meio de criações econômicas como os mercados fictícios em bolsas de valores e o controle de patentes “tecno(eco)lógicas”, realizado por corporações originadas em nações poderosas e que aprofundam o fosso entre o centro e a periferia na atual conjuntura global, numa perspectiva de sistemas-mundo.

Portanto, até mesmo as iniciativas que aparentam preocupação com a questão ambiental devem ser vistas com cuidado, pois podem representar simplesmente a criação de novos mercados para sustentar as demandas de crescimento infinito, típicas do modelo econômico, sem resultados significativos no que se refere à questão ambiental.

Para compreender as implicações dessa afirmação, é necessário observar que a ideia de desenvolvimento sustentável ganhou visibilidade a partir da publicação do seu conceito no “Relatório Brundtland”, de 1978. No entanto, o processo que levou à sua adoção remete às abordagens “econômico-

---

<sup>14</sup> Conforme Costa (2008) os pilares do neoliberalismo consistem na defesa de um Estado afastado da economia, promovendo a venda das propriedades públicas em benefício da iniciativa privada, cabendo ao Estado apenas proteger juridicamente os contratos privados, promover mercados competitivos e garantir a propriedade privada.

liberal de mercado”, a abordagem “ecológico tecnocrata de planejamento” e à abordagem de “política de participação democrática” (Freitas et al., 2012).

A primeira abordagem parte do pressuposto de que a “pressão de concorrência, crescimento econômico e prosperidade levariam automaticamente ao uso racional dos recursos naturais, ao progresso tecnológico e às novas necessidades de consumo compatíveis com as exigências do meio ambiente” (Freitas et al., 2012). Trata-se de uma confiança de que o mercado, diante dos problemas ambientais postos, crie, por conta própria, formas de proteger o meio ambiente.

Por sua vez, a segunda abordagem inclui várias correntes de pensamento, incluindo o ecodesenvolvimentismo e busca compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação de recursos naturais, originando propostas de economia biocêntrica, bioeconomia, economia ecológica e outros (Freitas et al., 2012).

Já a terceira vertente seria relacionada à defesa de uma vida digna em harmonia com a natureza, numa perspectiva da teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico (Freitas et al., 2012).

Com base nessas premissas, utilizadas para a construção da ideia de desenvolvimento sustentável, portanto, observa-se que há um questionamento sobre a viabilidade de sucesso do desenvolvimento sustentável em relação à proteção ambiental e à equidade social. Nesse mesmo sentido, há vários estudos que afirmam que o desenvolvimento sustentável vem sendo utilizado como estratégia para a reprodução do modo de produção capitalista (Whitacker, 2017; Mamed, 2016; Duarte, 2012; Packer, 2015 e outros).

Assim, há interpretações no sentido de que tais políticas representam formas de poder e controle territorial, utilizando-se, inclusive de agências de fomento internacional, que trabalham propostas de desenvolvimento sustentável em políticas que enquadram a natureza em normas e leis, porém com um sutil viés expansionista, para assegurar a continuidade de matérias para seu processo produtivo. Nesse sentido segmentos agroindustriais passam a adotar padrões tecnológicos para obter certificação internacional, direcionando suas ações para novos parâmetros de mercado, atraindo o consumidor com a promessa de um produto ecologicamente correto. Com a adoção desta postura, propaga-se um pensamento voltado às dimensões técnicas e econômicas, que reconhecem os problemas de um desenvolvimento capitalista predatório, mas mantém a estrutura dominante por meio de ajustes, sem descentralização de poder (Whitacker, 2015).

Assim, quando se adotam instrumentos baseados no conceito de desenvolvimento sustentável, ao invés de buscar medidas que efetivamente combatam aos efeitos negativos da crise ambiental, são criados instrumentos econômicos de proteção ambiental que, por vezes, buscam, essencialmente, a satisfação de demandas de mercado. Para Aguiar e Bastos (2012), a natureza tornou-se um grande negócio, observando-se o estágio atual de desenvolvimento do capitalismo no que se refere à acumulação e financeirização. Nessa lógica, a natureza é valorada por aquilo que é possível rentabilizar no mercado financeiro (inclusive via bolsa de valores), tornando-se um título negociável.

No entanto, esta postura de lidar com natureza e com a economia precisa ser questionada, pois na realidade, este tratamento meramente econômico às questões relativas à natureza traz inúmeros prejuízos. Como exemplo, tem-se os mercados de carbono, cuja lógica parece levar à crença de um mecanismo que pode contribuir para amenizar os problemas ambientais, mas que, numa análise lógica não tem condições de cumprir com o que promete (a redução de gases de efeito estufa, no exemplo citado).

Segundo Marés (2002) mecanismos com esta lógica precisam ser rechaçados de pronto, primeiro, porque não se deve admitir um direito a poluir até um certo limite, e, em segundo lugar, porque não faz sentido ultrapassar um limite estabelecido apenas porque em outro lugar não se o atingiu. Para o autor, a construção desse “direito” é tipicamente patrimonial, devendo-se criticar a ideia de que a natureza possa ser tratada como um patrimônio transferível a outra pessoa. Assim, deve-se analisar com cautela as políticas que instituem formas estritamente econômicas de lidar com o problema ambiental posto.

Portanto, a crise ambiental e as respostas que vão surgindo dentro de uma racionalidade moderna e capitalista precisam ser analisadas e devidamente questionadas, pois, os mecanismos apresentados pelo modo de produção atual, conforme Whitacker (2015) apresentam um caráter de grande mutabilidade, de maneira que se desenvolve de forma a que a aceleração da mercantilização da natureza acaba passando despercebida por meio de seus instrumentos, podendo ocasionar conflitos futuros.

Ainda sobre o estado atual da mercantilização da natureza, Whitacker (2015) o associa ao fenômeno do desenvolvimentismo<sup>15</sup>, que intensifica o uso dos recursos naturais e humanos para acumular mais riqueza e aprofundar as relações desiguais de poder, intensificadas pela mercantilização dos elementos naturais.

Deste modo, deve-se reconhecer que a racionalidade moderna (Villoro, 2010) e seu sistema econômico foram controlando o acesso aos elementos mais essenciais à vida (começando pela propriedade da terra e da venda da força de trabalho), colocando em marcha seu plano de instituir o individualismo como norte a ser buscado nas relações para com a sociedade, afastando o ideal de natureza como algo inerente a todos. Aliás, o individualismo se mostrará ao longo da história, uma parte essencial no modelo de economia e sociedade pretendido (Costa, 2004). Nessa perspectiva, observa-se o papel fundamental da moderna ideia de que o ser humano deve definir suas condições individualmente e a possibilidade de impor a escolha das novas condições uns contra os outros, podendo ser considerada, no momento de nascimento do capitalismo, a raiz das desigualdades sociais.

Diante do diagnóstico de mercantilização gradativa da natureza, em que há a cada dia maior possibilidade de aprofundamento, cabe pensar formas de interpretação demandando modelos diferenciados, alternativos a serem propostos. Antes de adentrar no problema relativo ao Brasil, especificamente, é necessário refletir sobre as consequências do tratamento fragmentário entre natureza

---

<sup>15</sup> Análise também realizada em Mamed (2016), que considera o desenvolvimentismo um dos elementos que levaram à racionalidade de depreciação da natureza e desconsideração de direitos socioambientais.

e sociedades, em especial para aquelas sociedades que mantêm um modo de vida não hegemônico, quais sejam os povos indígenas e comunidades tradicionais, incluindo trabalhadores do campo e outras categorias.

O que se observa é que essa separação histórica entre as sociedades e suas naturezas afeta de forma grave os nichos sociais com maior relação de dependência para com a terra, de modo que, nos arranjos modernos, estas parcelas da sociedade são afastadas da terra e da natureza por várias estratégias, entre elas, o discurso de que sua forma de se relacionar com os elementos naturais é atrasada e que o modelo capitalista é portador do futuro. Sobre este posicionamento, explica Castro-Gomez (2005):

Los diferentes modos de subsistencia en que transcurre la vida de estas personas son indicativos de que las sociedades progresan en el tiempo y de que este progreso consiste en un paulatino desarrollo del trabajo productivo. La caza, el pastoreo, la agricultura y el comercio son estadios sucesivos de desarrollo que marcan el progreso de la humanidad. Miradas desde el punto cero, todas las sociedades parecen como regidas por una ley inexorable que les conducirá, más tarde o más temprano, hacia el pináculo de la economía capitalista moderna. El telos de la historia es la supresión definitiva de aquellos que durante milenios se constituyó en la maldición por excelencia de la realidad humana: la escasez.

Assim, cabe reconhecer que há uma pressão constante em homogeneizar a sociedade e também suas relações com o ambiente em nome do medo da escassez. Esta pressão parece tomar diferentes formas dependendo do contexto histórico. Na colonização, a natureza era saqueada e os povos explorados; após a criação dos Estados Nacionais, esses passaram a utilizar-se dos poderes investidos para despojar pessoas de suas terras e afastá-las de um modo de vida próximo a elas; atualmente, está em curso uma ideia de desenvolvimento com concretas abordagens mercantilistas, aprofundando um processo que se tem denominado como mercantilização da natureza (Mamed, 2016). Com esta ideia corrobora Restrepo (2018), quando explica:

En ese sentido, se mantiene la colonialidad de la naturaleza a pesar del cuestionamiento a la primera concepción de la naturaleza eurocéntrica, es decir, se rearticuló la colonización de la naturaleza ya no desde el simple hecho de despojo, sino por el aumento creciente de la racionalización/racialización sobre ella. A partir de esta transición de concepciones y formas de reproducir conocimiento sobre la Naturaleza, entre siglo XVI y XVIII se entramparían dos visiones que reduciría lo crítico a un debate intraeurocentrico sobre cuál es la mejor forma de apropiación de la Naturaleza. Se fue naturalizando la idea de que sólo existe un solo mundo para la Naturaleza y dentro éste sus alternativas (Restrepo, 2018).

A ideia de colonialidade, sobre a qual fala o autor, pode ajudar a dar um novo sentido à relação histórica de exploração da natureza e dos povos, auxiliando na construção de uma racionalidade alternativa à lógica moderna. Para tanto, deve-se entendê-la como a herança do colonialismo pela persistência da racionalidade moderna que guiou este processo e estabeleceu os parâmetros das relações de poder que permearam as estratégias e ações de colonização (Quijano, 2009), como a inferiorização cultural e a utilização irracional dos recursos naturais, por exemplo. O autor também diferencia a colonialidade do colonialismo, sendo que o colonialismo se refere à estrutura de dominação e controle político dos recursos, do trabalho e da população, que, na lógica da colonialidade, permanecem dominados por outra sociedade de cosmovisão diversa, localizada em outra jurisdição territorial.



um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em casa um dos panos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e a escala societal (Quijano, 2010).

A teoria de uma colonialidade do poder, como se vê, é compatível com o histórico das questões socioambientais que se apresentam a partir da modernidade, em especial em relação à colonização da América Latina e traz diversos conflitos. Entre os problemas observados, encontra-se o desrespeito aos direitos dos povos sobre seus territórios e sobre tudo aquilo que lhes serve como base para reprodução física e cultural de vida. Quando a sociedade hegemônica defende uma visão única contra as outras visões possíveis, há, sem dúvidas, uma desconsideração violenta de posicionamentos diferenciados com respeito à relação com a natureza:

Esto es precisamente el origen desigual de la distribución ecológica (Martínez, 2005) que conlleva a procesos de expropiación diferencial de los “bienes y servicios ambientales materializado en la división internacional de trabajo (Machado, 2014). Es decir, producir la desigualdad ecológica es constitutiva del metabolismo del capital (Restrepo, 2018).

A miséria, a decadência política, o roubo dos recursos naturais como as florestas, a terra e os rios, são conhecidos, mas pouco compreendidos, de forma que o maior desafio atual é a sua compreensão e a sua superação.

Um primeiro passo em direção a este objetivo, segundo Porto-Gonçalves (2006) consiste em refletir acerca dos limites que devem existir sobre o domínio da natureza. O fim desses limites, conforme Restrepo (2018) não virá da modernidade, mas da consideração de formas de viver alternativas de comunidades e povos que se mantêm resistentes em conservarem seus modos de vida. Esses povos mantêm seus modos de viver, construindo racionalidades, dinâmicas e geografias próprias. Nesse sentido, Restrepo (2018) considera que: “*Comprender su geograficidad brindará herramientas para las posibles transiciones hacia un mundo diverso territorialmente, desde la cual se avizoran múltiples mundos articulados para reproducción de la vida*” (Restrepo, 2018). Assim, pensar em formas alternativas para as crises postas torna-se indispensável, razão pela qual se deve analisar a categoria “alternatividades” que vem surgido e se colocado como questão a pensar saídas para os problemas da modernidade.

Preocupados com os aspectos conceituais e práticos da ideia de alternatividade e, visando contribuir com a consolidação científica do termo, integrantes do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (PPGMADE/ UFPR) desenvolveram estudo para analisar seu uso em publicações científicas. Assim, Schneider (2019) verificaram que a primeira compreensão tida da pesquisa se refere à ideia de alternatividade para indicar a dialética observada entre hegemonia e contra-hegemonia. Assim, os autores apontaram para o uso do termo em contextos em que, primeiro, interpreta-se a realidade no capitalismo e na modernidade para, então, analisar construções de projetos políticos alternativos como, por exemplo, ações empíricas que

contrastam com a lógica hegemônica. Assim, a alternatividade seria referente à postura que destoasse dos modelos tidos pela cultura hegemônica como os “adequados” para as sociedades, predominantemente, aquelas posturas que contrariam a lógica econômica.

Um dos autores levantados pelo estudo é Boaventura de Souza Santos (2008), aproximando-se, no que se refere ao recorte socioambiental e de ruralidades, aos estudos de Leff (2002), Sachs (2007) e Baudel (2009).

Além disso, Schneider et al (2019) consideram que a contra-hegemonia, que gerará alternatividade tem profunda vinculação com a capacidade de resistência e da busca pela manutenção do ser enquanto subjetividade capaz de pensar para si uma realidade a partir de suas próprias experiências e não por meio de modelos injetados nos tecidos sociais. Nas palavras dos autores:

Resistência significa, portanto, uma capacidade ativa de não sujeição, tanto material quanto simbólica, às lógicas sociais excludentes e desiguais da modernidade capitalista hegemônica. Essa não sujeição, ao mesmo tempo que nega a lógica dominante, se reconstrói como prática e subjetividade contra hegemônica, que se expressa em nível infrapolítico (Schneider, 2019).

Nesta visão, a construção da alternatividade começa com a inadequação frente aos modelos capitalista-moderno-ocidentais e com a não sujeição por parte de sujeitos que preconizam um modo de vida diferenciado.

Neste tema, é válido resgatar as ideias de Illich (2006) sobre a modernidade e sobre a construção de alternativas. Para ilustrar a questão, o autor explica que a sociedade industrial (ou moderna, hegemônica) tem modelado soluções para satisfazer as necessidades da humanidade, como demanda para produtos que ela mesma inventou, tais como, o automóvel (como modelo de transporte), os hospitais (como modelo de saúde), a escola (como modelo de educação). Para Illich (2006): “*los ricos, los escolarizados y los viejos pacientes del mundo desarrollado tratan de compartir sus dudosas bendiciones enfilando hacia el Tercer Mundo sus soluciones preenlatadas*”.

Assim, para o autor, a sociedade industrial impõe o que ele chama de monopólio radical das instituições modernas, que consiste na dominação de uma determinada instituição ou produto, tornando quase impossível a oposição contra eles. São monopólios radicais da sociedade industrial, na visão do autor, a medicina, a escola, a alimentação humana e até mesmo o tipo de vestuário e os calçados pois, qualquer tentativa de estabelecer alternativas a esses elementos é tida como ilegítima e equivocada (Illich, 2006).

Como alternativa aos monopólios radicais da modernidade e de sua sociedade industrial, Illich (2006) sugere o que denomina como “convivencialidade”, que seria um modo de vida contrário à produtividade industrial, de modo que os indivíduos possam escolher alternativas às opções hegemônicas no seu dia-a-dia. Na sua proposta, constam o uso da bicicleta, das caminhadas, da medicina alternativa e também a desescolarização da sociedade, já que a educação não pode ser dada somente através da escola (Illich, 2006). Suas ideias, inclusive, são discutidas com Paulo Freire (Freire; Illich, 1975).

Explicando sua proposta de alternativa, Illich (2006) defende que uma sociedade convivencial seria a posição ao monopólio industrial, assentando suas bases em contratos sociais que garantam a cada um o maior e mais livre acesso às ferramentas das sociedades, especialmente as ferramentas de produção. Isto apenas seria possível quando as sociedades passassem a olhar para si, rechaçando redes de comércio globais para valorizar as iniciativas locais, mais próximas à sua realidade.

Assim, deve-se pensar sobre as alternativas como possível solução para os dilemas da racionalidade moderna, sendo preciso iniciar a abordagem problemática socioambiental no Brasil, pensando-se a apropriação ambiental em seu processo histórico.

Não obstante ao processo instalado de mercantilização da vida e a necessidade de construção de alternativas, é preciso analisar o aprofundamento dessa racionalidade destrutiva da natureza para viabilizar o sistema econômico. Este aprofundamento tem sido conhecido como acumulação por espoliação.

# EXPROPRIAÇÃO AMBIENTAL E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO NO BRASIL

**P**ara compreender a gravidade da questão socioambiental, após verificado o processo de mercantilização da natureza, torna-se necessário apresentar a ideia de expropriação ambiental, que ocorre por meio do que Harvey (2004) tem denominado como acumulação por espoliação, a fim de verificar seu papel na promoção de conflitos socioambientais.

David Harvey, ao examinar as obras de Karl Marx e de Rosa Luxemburgo, se propôs a analisar a “relação orgânica” entre reprodução expandida de um lado, e os processos violentos de espoliação, do outro que tem moldado a geografia histórica do capitalismo (Harvey, 2004)

Marx, seguindo Adam Smith chamou de acumulação primitiva o processo de apropriação inicial de bens comuns, que só se sustentaria na época de Rosa Luxemburgo na fraude e na violência, com o empobrecimento de camadas da sociedade. Pensando a partir da “primitiva” e da “original”, David Harvey chamou de espoliação a acumulação que continua a se realizar, tal como acontece, por exemplo, no agronegócio que absorve a agricultura familiar camponesa, ou pelas privatizações de empresa estatais, da água e mais recentemente na natureza, pela negociação do carbono em mercados específicos (Harvey, 2004).

Atualmente a acumulação por espoliação também se dá pelo sistema de crédito e pelo capital financeiro com seu caráter especulativo e predatório, através da valorização fraudulenta de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, pela destruição estruturada de ativos por meio da inflação, aumento dos encargos da dívida pública que transformam populações inteiras em prisioneiras, fraudes em fundos de pensões, as reformas de sistemas previdenciários, além das perdas de direitos (Harvey, 2004).

A questão fundiária brasileira também apresenta características que remetem aos movimentos de acumulação de capital com consequências socioambientais. O processo de apropriação privada de terras públicas no Brasil, após 1850 é a origem dos problemas ambientais no campo (e alguns urbanos, como a urbanização precária). Foi a falta de limites ambientais que se tornou a regra, marcada pela concentração fundiária e uma modernização seletiva, financiada pelo Estado que comprometeu o acesso e manutenção alguns segmentos de populações agrárias.

Importante destacar que a tecnologia é uma construção social, e que deveria ser voltada à conservação de recursos não renováveis, aumento de produtividade a fim de alimentar primeiramente aqueles que da terra vivem e a distribuição para nutrição da sociedade, melhorando sempre que possível a ergonomia do trabalho no campo<sup>16</sup>. Não obstante, conforme destaca Wood (2001), no modo de

---

<sup>16</sup> Existe uma contradição muito perigosa ao se defender a agroecologia, deve-se tomar cuidado para não defender indiretamente o aumento da carga de trabalho das famílias que vivem no campo. O trabalho na agricultura é um trabalho que na maioria das vezes impõe (principalmente à mulheres e crianças) uma carga de trabalho extra elevada, se defendemos

produção capitalista a propriedade privada e a acumulação foram fatores para a degradação, e não somente a tecnologia:

O que criou o impulso de intensificar a exploração não foi o surgimento das máquinas a vapor ou do sistema fabril, mas a necessidade intrínseca das relações de propriedade capitalistas de aumentar a produtividade e o lucro (Wood, 2001).

Mesmo uma democratização relativa do acesso à terra, como no caso de regiões do estado do Paraná, como o sudoeste por exemplo, não impediram a degradação, em razão da inserção e subordinação da agricultura, familiar inclusive, conforme afirma Nascimento (2008):

As relações de propriedade reiteraram a equação ambiental perversa no espaço rural da Região Sul de forma semelhante ou até mais intensamente em outras áreas rurais do país. Isso porque as condições de reprodução socioeconômica do agricultor familiar estão fortemente subordinadas aos imperativos do mercado. Isto é, independentemente da maior facilidade no acesso à propriedade da terra e sem que sejam refeitos os padrões de interação humana com a natureza, o problema agrário brasileiro se recoloca, pois, na sua raiz, também está a questão ambiental (Nascimento, 2008).

As características da agricultura itinerante, mas não somente elas são causa e efeito do processo de degradação e estímulo a um não-apego ao lugar, fonte de desnaturalização e desconexão com o meio, um (des)envolvimento ambiental. O que parece claro é que não é somente a concentração fundiária a raiz do problema, conforme coloca Cano (2002);

Mesmo nas agriculturas de pequena propriedade (as “colônias”) do Espírito Santo e do Sul do país, embora livres do jugo latifundiário, a dominação do capital mercantil teve forte presença, inibindo a introdução de doses maiores de progresso técnico e estimulando práticas degradantes da agricultura, obrigando-a, assim, a também itinerar. Aqui, entretanto, a propriedade dos meios de produção permitiu níveis mais amenos de concentração de renda e melhores condições sociais (Cano, 2002).

Portanto, deve-se considerar que, ao contrário do que se possa imaginar, mesmo as configurações agrárias não latifundiárias apresentam problemas quanto aos temas socioambientais, podendo-se afirmar que a raiz desses problemas reside no modelo econômico, que também alcança a pequena propriedade agrária.

---

uma produção orgânica é importante se preocupar primeiramente com o bem-estar dos que vão produzir o alimento que se demanda nas cidades, por isso a tecnologia deve ser uma aliada, e não uma inimiga.

## ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DIMENSÃO ESPACIAL DO CAPITALISMO NO BRASIL<sup>17</sup>

**P**ara compreender o processo que explica a influência das formas de conhecer a natureza no contexto da modernidade e do capitalismo, é necessário abordar o processo de acumulação de capital no Brasil. Sob uma perspectiva marxista, as formas de acumulação de capital apresentam duas modalidades de desenvolvimento: uma extensiva e outra intensiva. A acumulação extensiva do capital implica ampliar a produção, realizando mercantilização da natureza. Para isso, avança sobre as formas não mercantis de produção e consumo, industrializando-as e gerando demanda de meios de produção e, conseqüentemente, necessitando mais matéria prima para fabricá-los, gerando mais assalariados e aumentando a comercialização. A acumulação intensiva tem por objetivo acentuar e aprofundar as próprias relações capitalistas, intensificando o lucro através da mais-valia, principalmente através do aumento da produtividade do trabalho, aumentando o lucro e se reinvestindo, ampliando a demanda por novos bens para produzir e consumir (Foladori e Melazzi, 2009).

Conforme já sinalizado, a acumulação extensiva do capital relacionada à propriedade privada gera a expropriação do solo (terra) e sua conversão em mercadoria, ao mesmo tempo em que extrai os recursos naturais de maneira desenfreada, transformando-os em bem de capital que são, em sua maioria, obsoletos. Quanto a isto, observa-se um importante papel exercido pelo Estado, que age como apoiador e institucionalizador deste processo ao criar obras de infraestrutura que se aproveita de situações geográficas e ecológicas favoráveis para o desenvolvimento do capital (Foladori; Melazzi, 2009). O capitalismo em convivência com Estado e com seus instrumentos jurídicos (Direito) modificou a natureza gerando uma destruição criativa da terra. A natureza interpretada como um produto social (recurso natural) de representações culturais, econômicas e tecnológicas, demanda a substituição de um recurso por outro com uso de tecnologias ao mesmo tempo em que essas novas tecnologias e estilos de vida ditam a mudança para fontes de insumos materiais raros e restritos. Com isso, o capitalismo é heterogêneo e excludente ao requerer áreas de investimento que priorizem seus interesses (Harvey, 2011). Este processo, portanto, é demonstrado de forma cada vez mais profunda ao longo da história: a mercantilização da terra e do trabalho humano, portanto, foram apenas o pontapé inicial para que uma onda de elementos pudesse ser mercantilizada posteriormente, sob o signo da propriedade privada.

A acumulação intensiva do capital gera conseqüências sobre a força de trabalho, pois se investe cada vez mais em meios de produção e menos em força de trabalho, aumentando a especialização na criação de novos produtos e, principalmente, gerando desemprego e pobreza (Foladori; Melazzi, 2009). Deste modo, a criação de mercadorias fictícias aumenta ainda mais o fosso existente entre a natureza e a

---

<sup>17</sup> Item elaborado a partir de texto construído coletivamente, na oficina IV, pela turma XII, do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da qual o autor faz parte.

sociedade, distanciada da natureza pela via dos mercados, sem poder acessar livremente recursos que anteriormente eram de uso comum.

Para Harvey (2004), a continuidade do capitalismo e sua reestruturação ao longo dos anos se dá, entre outras formas, por ajustes espaço-temporais e em reformulações de suas contradições internas de acumulação de capital, dados por crises de sobreacumulação. Isto porque, o modelo capitalista está baseado no lucro, que para ser constante, necessita, periodicamente, de novas mercadorias. Segundo o autor,

estas crises se expressam como excedentes de capital e de força de trabalho que coexistem sem que pareça haver maneira em que possam se combinar de forma rentável com o intuito de realizar tarefas socialmente úteis. Se não se produzem desvalorizações sistêmicas (e inclusive a destruição) de capital e de força de trabalho, é necessário que se encontrem maneiras de absorver estes excedentes. A expansão geográfica e a reorganização espacial são opções possíveis. Mas estas tampouco podem se divorciar dos ajustes temporais, já que a expansão geográfica implica frequentemente investimentos de longo prazo em infraestruturas físicas e sociais (...) (Harvey, 2004).

Conforme a teoria marxista, após a acumulação de capital ocorrente em sua forma originária ou primitiva<sup>18</sup>, a acumulação se desenvolve como reprodução ampliada, produzindo maiores níveis de desigualdade social e gerando crises crônicas de sobreacumulação. De fato, isso aconteceu durante os últimos trinta anos de neoliberalismo e faz parte da crise contemporânea do capital, estrutural, que revela a instabilidade sistêmica do rentismo e da dominância financeira e que produziram uma crescente instabilidade na economia, de modo que a volatilidade do capital internacional, por meio de diversos ajustes espaço-temporais, acabou por fracassar no combate a esses problemas (Harvey, 2004; Brandão, 2010).

Nesse sentido, cabe trazer a diferenciação que Harvey (2004) apresenta entre acumulação primitiva daquela que denomina como acumulação por espoliação. Esta é caracterizada por estar em curso não somente como uma etapa originária de desenvolvimento do capital, mas em todas as etapas históricas, sobretudo, quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída para as crises postas que não seja a desvalorização com a função de expropriação de espaços existentes, para engendrar oportunidades lucrativas capazes de absorver excedentes de capitais não empregados que, como no passado, são apoiados pelo poder dos Estados (Harvey, 2004; Brandão, 2010). Trata-se de uma “evolução” dos cercamentos ingleses, abordados como princípio da mercantilização da natureza no capítulo 2 deste trabalho. Nesse sentido, o capitalismo

---

<sup>18</sup> Na visão marxista a acumulação primitiva inclui os seguintes processos: “a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade – comum, coletiva, estatal, etc.– em direitos de propriedade exclusivos; a supressão do direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial ao respaldar e promover estes processos (...)” (Harvey, 2004).

contemporâneo possui novos mecanismos que condizem com a acumulação por espoliação e que são centrais para o seu desenvolvimento, tais como:

as promoções bursáteis, os esquemas de Ponzi, a destruição estruturada de ativos através da inflação, o esvaziamento através de fusões e aquisições, a promoção de níveis de endividamento que mesmo nos países capitalistas avançados reduzem populações inteiras à servidão por dívidas, para não mencionar a fraude corporativa, a espoliação de ativos (o ataque dos fundos de pensão e sua liquidação pelos colapsos acionários e corporativos) mediante a manipulação de crédito e ações (...). Mas, sobretudo, devemos prestar atenção aos ataques realizados pelos fundos especulativos de cobertura e outras grandes instituições do capital financeiro como a ponta de lança da acumulação por espoliação nos últimos anos. Também surgiram mecanismos completamente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o denominado acordo TRIPS) marca os caminhos através dos quais as patentes e licenças de materiais genéticos, plasma de sementes, e qualquer forma de outros produtos, podem ser usadas contra populações inteiras (...). A recente depredação dos bens ambientais globais (terra, ar, água) e a proliferação da degradação ambiental, que impede qualquer coisa menos os modos de produção agrícolas com emprego intensivo de capital, foram resultado da total transformação da natureza em mercadoria. A mercantilização das formas culturais, as histórias e a criatividade intelectual pressupõe a total ausência de posse (...). A transferência para as corporações e a privatização de ativos previamente públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatização da água e outros serviços públicos que arrasou o mundo, constitui uma nova onda do “cercamento dos bens comuns” (Harvey, 2004).

No que se refere às formas de desenvolvimento capitalista no Brasil, Brandão (2010) parte da hipótese de que a experiência brasileira envolve o poder das estruturas políticas conservadoras e reacionárias que contribuíram para que as heterogeneidades estruturais e as diversidades produtivas, urbana, social e ambiental estivessem subordinadas à lógica econômica de um processo de valorização de natureza imediatista, rentista e patrimonialista. Trata-se da coexistência de uma natureza primitiva com formas renovadas e históricas de acumulação por espoliação, baseada no uso e apropriação territorial extensiva e intensiva do solo, “na retenção especulativa da terra-propriedade e do dinheiro e na hegemonia da órbita da circulação no amplo espaço nacional” (Brandão, 2010).

Desde o seu passado colonial, escravista, de reprodução simples mercantil e de acumulação primitiva permanente, as formas mercantis locais e regionais eram fragmentadas no Brasil, com pouca continuidade e/ou conexão no território nacional. Ademais, instaura-se um modelo peculiar de uma elite territorial, com a apropriação privada e rentista de “fuga para frente”, ou seja, com a presença de uma fronteira móvel e de apropriação territorial itinerante que permite “descontinuidades, predação de recursos materiais, humanos e ambientais, capilaridade, lógica pontual, ou por manchas, no território, que está na estrutura genética da civilização brasileira” (Brandão, 2010). Esse autor ressalta que o processo fundiário impossibilita uma luta de classes e, assim, torna-se determinante na exclusão social, dos círculos de poder, da propriedade, da riqueza e de direitos sociais da maioria da população brasileira até os dias de hoje.

O processo de industrialização e urbanização no Brasil seguiu esse padrão territorial, uma vez que também ocorreu de forma descontínua no território nacional, com caráter dispersivo pelo interior e concentrado no litoral do país, ainda que de maneira complexa e diversificada, pois possibilitou a formação de novos mercados locais e oportunidades diversas para as variadas frações de classe. Esse



desenvolvimento urbano-industrial ocorreu principalmente entre as décadas de 1950 e 1980, quando o Estado ofertou sistemas nacionais de infraestrutura (energia, transportes, armazenamento e telecomunicações) e de subsídios fiscais e creditícios aos setores privados. Estes possibilitaram o desenvolvimento ampliado do capital e moldaram a rede urbana atual e a complexa estrutura produtiva (industrial, agropecuária e terciária) do país, porém com marcantes heterogeneidades sociais, regionais, rurais e culturais, principalmente durante o período de regime autoritário e ditatorial que favoreceu as oligarquias regionais (Brandão, 2010).

Foi na década de 1990 que essas características estruturais e as heterogeneidades locais e produtivas se acentuaram devido à conjuntura neoliberal adotada na economia política do país. As transformações econômicas procuraram escapar à retração econômica da época através de sistemas de privatizações do patrimônio público, do avanço na produção de *commodities*, do aprofundamento da configuração patrimonialista-rentista dos grupos nacionais, entre outros fatores que contribuíram com o desmonte do Estado e a precarização dos serviços públicos. Nesse sentido, ocorreu uma

(...) reespecialização e remercantilização, pois o Brasil durante os anos 1990 aprofundou ainda mais suas vantagens competitivas estáticas e absolutas históricas nos segmentos padronizados e de processamento contínuo de recursos minerais, florestais, energéticos, agrícolas e pecuários, como a produção de minério de ferro, siderurgia e alumínio (basicamente insumos metálicos semi acabados), petróleo e petroquímica, celulose e papel, alimentos industrializados (grãos, suco de laranja, carnes etc.) e têxteis padronizados etc. Assim ocorreu regressão no dinamismo industrial, com o reforço do agronegócio, dos segmentos ancorados na exploração de recursos naturais, extração e beneficiamento de petróleo e outros minerais. Entretanto tais setores econômicos apresentam variados limites estruturais. Por serem caracterizados como oligopólios concentrados, são ramos produtivos constituídos por poucas e grandes empresas, debilitadas em sua capacidade dinâmica e estratégica, por serem intensivas em escala técnica, financeira e de gestão, processadoras de *commodities* industriais de uso intermediário na estrutura produtiva (...) esses segmentos apresentam ainda diversos constrangimentos, pois são dotados de padrão locacional orientado pela apropriabilidade privada de vantagens competitivas estáticas, derivadas do acesso privilegiado a fontes de matérias-primas, mão de obra e energia baratas e a recursos territoriais abundantes, água, insolação, entre outros fatores” (Brandão, 2010).

Até o início dos anos 2000 as alianças conservadoras e as estruturas socioeconômicas intensificaram a superexploração do trabalho e a degradação ambiental, principalmente através de processos de espoliação (Brandão, 2010). Com a entrada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, no entanto, foi proposto um modelo alternativo, o qual foi denominado por Aloísio Mercadante (economista e senador “petista”, na época) de “Novo Desenvolvimentismo” ou “neodesenvolvimentismo”. Por um lado, estimulou-se o crescimento econômico mediante grandes obras de infraestrutura e o financiamento ao setor privado, visando o aumento da produção e da competitividade, seja dos setores agroexportadores quanto da indústria, e, por outro, buscou-se melhorar a redistribuição de renda mediante diversos instrumentos, visando tirar da pobreza e da miséria grande parte da população que se encontra nessas situações (Carvalho; Silva, 2013).

Este modelo resultou em profundas modificações da dinâmica da economia brasileira, com elevadas taxas de crescimento, de forma similar ao ocorrido no período nacional-desenvolvimentista do país. Porém, se no século anterior buscou-se a industrialização do país através de uma internalização do

controle sobre os processos de acumulação, no “neodesenvolvimentismo” arraigou-se a inserção internacional na economia, sendo que o Estado reorganizou os espaços para atender os requisitos dos mercados liberalizados e ofertou as condições financeira, fiscal, cambial e de infraestrutura para que se desenvolvessem os projetos vinculados ao mercado de *commodities* e de exploração de recursos naturais. Tal como observa Zhouri e Laschefski (2010), “no âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) foram retomados grandes projetos de infraestrutura, como hidrelétricas, hidrovias, rodovias, portos, entre outros, ao longo dos antigos eixos de desenvolvimento dessa vez com a perspectiva da ‘inclusão internacional’ da nação ao mercado global”. Nesse sentido, houve alterações substanciais em processos legislativos, tais como nos Códigos Florestal, de Minas, de Processo Civil, Penal, Comercial, Eleitoral, entre outros que possibilitaram formas de acumulação por espoliação (CBPA, 2012).

O modelo neodesenvolvimentista se estendeu até o ano de 2016, quando se instaurou uma questão processual com vistas ao impedimento da continuidade do mandato de Dilma Rousseff (PT) como presidente da República, sob a alegação de crime de responsabilidade, assumindo, até então, o vice-presidente Michel Temer. O novo governo foi marcado por um aprofundamento do modelo neoliberal no país e de desmonte do Estado através da retomada de um vasto sistema de privatizações, de precarização dos serviços públicos e de perda de direitos sociais, indicados, por exemplo, dos direitos trabalhistas e de terceirizações, a subtração de pastas ministeriais e de secretarias federais ligadas a importantes questões sociais, a reforma do plano nacional de ensino público, pela Medida Provisória nº 746 (BRASIL, 2016), o congelamento dos gastos públicos por duas décadas em investimentos em saúde, seguridade social e educação (Proposta de Emenda Constitucional nº 55), entre outros.

Apesar dos rumos ainda incertos do país, pode-se analisar que historicamente o Brasil se configura como um sofisticado e complexo aparelho de promoção mercantil-patrimonialista-rentista fundado em diversas modalidades de acumulação primitiva, extensiva e por espoliação. Este complexo é apoiado por um bloco de poder hegemônico composto por Estado e grupos de interesses empresariais relacionados à terra, ao comércio de dinheiro e às *commodities*. Esse modelo vinculado aos processos de acumulação de capital reproduz as desigualdades, a exploração e a marginalização socioeconômica de nossa população em geral, em que se vale destacar o desemprego estrutural nos centros urbanos, os mais variados conflitos fundiários e formas de exclusão de grupos marginalizados. Além disso, promove-se a mercantilização dos recursos naturais contidos nos territórios, o que afeta diretamente os povos e comunidades tradicionais que veem seus direitos territoriais restringidos ou retirados, mas que resultam também em ampla devastação ambiental ao longo de todo país (Brandão, 2010; Zhouri; Laschefski, 2010; CBPA, 2012).

Dando continuidade ao tema, abordar-se-ão, a seguir, as compreensões teóricas acerca dos conflitos, de maneira geral em seu marco sociológico e na questão específica socioambiental, pois estão vinculadas aos processos de desenvolvimento espacial e de acumulações do capital. Esses conteúdos são importantes para destacarmos posteriormente, os níveis de desigualdade de poder e como os grupos sociais recebem diferentemente os riscos e impactos associados à degradação ambiental, inclusive em

suas formas ocorrentes no Brasil, analisando também como o Estado, influenciado pelo mercado faz o ordenamento do território, em questões agrária e ambiental.

# CONFLITOS SOCIAIS E SOCIOAMBIENTAIS

Os conflitos surgem a partir da interação social. Diferentes posições e interesses que em determinados momentos começam a divergir, seja nas questões ambientais ou sociais. A partir das ciências sociais, aponta-se segundo Durkheim (1999), que os conflitos são resultados de períodos de instabilidades e falta de normas ou leis da organização social.

Não obstante, na interpretação de Simmel (1969) os conflitos são meios de interação social capazes de remodelar unidades, organizações e grupos de interesse. Nesse sentido, entende-se que o conflito existe como uma possível forma de resolução de divergências, a que em algum momento irá aderir algum grupo de interesse, organização ou unidade, não prevendo a manutenção das duas partes envolvidas.

Coser (1961 *apud* Simmel, 1969) aponta que a função do conflito, basicamente, está na comunicação, podendo contribuir para o esclarecimento do posicionamento dos atores envolvidos, os quais mediante tal situação devem assumir uma posição de interesse diante aos adversários. Em uma percepção complementar e baseada em uma crítica à concepção funcionalista sobre conflitos, o autor Dahrendorf (1992) afirma que os conflitos são maneiras de aprendizado e de evolução para uma possível correção dos desacordos, para assim buscar novas organizações.

Nessa abordagem do conflito, assim como na visão funcionalista, são consideradas as estruturas dentro da sociedade, porém nessa teoria o papel do conflito tem maior destaque nas sociedades do que o papel da harmonia e do consenso. Os teóricos desta perspectiva focam suas atenções nas questões de poder, resistências, conflitos e lutas. Visualizam a sociedade formada por diversos grupos com variados interesses e que ao reivindicarem seus desejos geram tensões sociais. Nestes embates sempre uns se beneficiarão mais que outros (Giddens 2005).

A partir do pensamento marxista, a própria natureza social é marcada pelo conflito e as relações sociais de produção possuem caráter contraditório. Assim as mudanças sociais ocorrem a partir dos conflitos de classes sociais históricos, os quais estão relacionados com a propriedade ou não dos meios de produção. Marx aponta o aspecto estrutural dos conflitos sociais e sua força de mudança social, sendo que os conflitos de classes propiciam as revoluções transformadoras da sociedade (Boudon, 1990).

Isto posto, sugere-se que o campo de conflito, em geral, é um território de movimentos dos atores que pode ser representado por indivíduos, organizações ou grupos sociais com distintas posições. De acordo com Nascimento e Bursztyn (2010) os posicionamentos perante os conflitos podem ser:

- promoção: dispostos a se movimentar com todos os seus recursos para que haja um determinado desfecho;
- apoio: quando têm uma posição favorável a determinadas iniciativas ou desfecho, mas não estão dispostos a se jogar com todas as suas forças no processo;
- neutralidade: quando por alguma razão não têm ou não querem assumir posição;

- oposição: quando se colocam contra determinadas iniciativas, mas não estão dispostos a utilizar todos seus recursos;

- veto: quando utilizam todos os seus recursos possíveis para impedir que o conflito caminhe em um determinado sentido.

Esses posicionamentos variam de acordo com o interesse de cada indivíduo e estão baseados na realidade vivida pelo sujeito, a qual pode se apresentar de diversas formas e serem interpretadas por diversos prismas. De acordo Berger e Luckmann (2010), “[...] apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente”, ou seja, a percepção, compreensão e valorização de um conflito é diferenciada entre os indivíduos, isso devido à realidade vivida por cada um.

Na formulação dos conflitos, Nascimento e Bursztyrn (2010) apontam três fases fundamentais: preparação, embate e conclusão. No entanto, dentro da literatura encontram-se descrições amplas sobre as fases de desenvolvimento dos conflitos como: preparação, anúncio, desenvolvimento, agudização, estagnação, institucionalização, negociação e acordo.

Da mesma forma que um conflito pode possuir várias interpretações, ele pode apresentar várias soluções, isso devido à multiplicidade ou facilidade de transformação na realidade vivida. Segundo Duarte (1986), não se deve olhar a realidade como única e absoluta, primeiramente, deve-se olhar pelo prisma de “realidades” e não de “realidade”, pois de acordo com a afirmação do autor “[...] o mundo se apresenta com uma nova face cada vez que mudamos a nossa perspectiva sobre”.

Trabalha-se com a ideia que a sociedade está imersa em conflitos, onde se ressalta a disputa entre os modelos de desenvolvimento a serem seguidos e os impactos ambientais e sociais causados. Sendo assim, inicia-se uma discussão sobre conflitos socioambientais, que de acordo com Brito et al. (2011), nos países em desenvolvimento, como o caso do Brasil, são frequentes em espaços urbanos e rurais. Em locais urbanizados ocorrem com ênfase para as questões de equidade social. Já nos espaços rurais, referem-se, em geral, à apropriação dos recursos naturais, do território ou preservação cultural dos povos tradicionais.

Cabe destacar que, no estudo realizado pela FIOCRUZ, embora a maior parte da população brasileira habite em áreas urbanas, a maior parte dos conflitos do país atingem populações rurais (Porto et al., 2013). Esses autores destacam, ainda, que as populações atingidas são pobres, trabalhadores em más condições de trabalho, moradores próximos a áreas contaminadas e periféricas, entre outros.

Isto posto, aborda-se como conflitos socioambientais as “lutas de significações, como uma espécie particular de conflito social que envolve diferentes representações sobre meio ambiente na disputa entre outros modos de uso e apropriação, material e simbólica, de territórios” (Viegas, 2009).

De acordo com Little (2001), conflitos socioambientais podem ser definidos como “disputas entre grupos sociais derivados dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural”. Dessa forma, os conflitos socioambientais são desencadeados a partir do questionamento sobre a legalidade de algumas formas de apropriação, as quais projetam resultados indesejados de uma prática

social sobre outra, gerando antagonismos entre algumas práticas territoriais e colocando em questionamento, também, a maneira de distribuição do poder sobre os recursos desses espaços (Acsehrad et al., 2004).

Por conseguinte, os conflitos socioambientais revelam distintas formas de utilização dos recursos naturais, as quais envolvem uma grande relação de poder, que em determinados momentos revelará qual é a parte mais forte envolvida no conflito. Na visão de Acsehrad (2010), “os meios predominantes de transmissão dos já referidos ‘efeitos indesejáveis de determinadas práticas sociais/territoriais sobre outras’, caracterizam-se por seu caráter não mercantil”, ou seja, pela utilização gratuita dos espaços de uso comum pelas organizações privadas de produção para a acumulação privada de riquezas, seja através da utilização dos recursos para a produção de mercadorias vendáveis ou para o descarte de produtos não vendáveis, revelando assim formas totalmente diferente da utilização dos recursos, se comparados com a utilização por comunidades tradicionais ou pela população do entorno.

Nesse sentido, Acsehrad (2004) sistematiza os conflitos socioambientais em duas vertentes, a primeira diz respeito a conflitos por distribuição de externalidades, que ocorrem quando os geradores de impactos externos não assumem a responsabilidade e as direcionam para os sujeitos assumi-las. E a segunda vertente é em relação ao conflito pelo acesso e uso dos recursos naturais, a qual decorre da indefinição da propriedade sobre os recursos.

Ademais, os conflitos socioambientais também podem ser causados a partir da ameaça na continuidade das formas sociais de apropriação do território de pelo menos um grupo social (Acsehrad, 2010). Essas ameaças podem ocorrer de diferentes formas, como: poluição do solo, dos recursos hídricos, do ar, demarcação de terras indígenas, políticas públicas, uso de agrotóxico, especulação imobiliária, instalações de indústrias poluentes como mineradoras e petrolíferas, entre outros.

Para Acsehrad (2013), os processos de degradação socioespacial e ambiental, de expropriação territorial e de formas socioprodutivas não hegemônicas que são causados pela acumulação de capital, em suas diversas formas, recaem de maneira diferenciada nos grupos sociais e étnicos explorados. É nesse sentido que “a noção de conflitos no campo ambiental possui diferentes padrões que se estabelecem com as configurações históricas do capitalismo, sobretudo sob a forma liberalizada atual” (Acsehrad, 2013). Prova disso, são os processos históricos de sobreacumulação de capital que levaram os investidores e empreendedores a aplicar o capital excedente em novas formas de deslocalização de suas atividades. Isso possibilitou uma redefinição da territorialidade econômica do capital e uma ampliação da oferta de ambientes favoráveis para a aplicação de investimentos através da competição interlocal e entre os Estados no mundo, os quais passaram a ofertar as infraestruturas necessárias, créditos e subsídios, mas também à oferta de mão de obra mais ou menos qualificada e mais ou menos dispendiosa. Esse processo foi necessário para a ampliação espaço-temporal da acumulação de capital ao mesmo tempo em que retraiu direitos e normas trabalhistas, gentrificou áreas, expandiu para novos espaços e reestruturou outros sob a alegação de criar empregos e atrair empreendimentos, e gerou diversos outros impactos

sociais e ambientais. Nesse sentido, os processos de deslocalização de capital assim configurados, associam-se fortemente às dinâmicas de acumulação por espoliação (Acselrad, 2013).

Little (2001) propõe uma tipologia de conflitos socioambientais a partir de três grandes categorias, sendo a primeira ligada ao controle e acesso aos recursos naturais, como por exemplo, a utilização dos recursos hídricos e florestais ou os conflitos pela terra; a segunda refere-se aos conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais, que advém da ação humana ou natural e geram a contaminação do meio ambiente, esgotamento dos recursos naturais e degradação dos ecossistemas como, por exemplo, desmatamento, construções de portos e usinas, poluição do solo e hídrica, entre outros; e a terceira está ligada aos conflitos inerentes aos valores e modo de vida, referindo-se às diferentes ideologias sobre a utilização dos recursos naturais, ao redor da percepção de risco e de conflitos que envolvem o controle formal dos conhecimentos ambientais e dos lugares considerados sagrados por determinadas populações.

Em base a essa tipologia, o autor supracitado também apresenta três procedimentos que podem ser delineados para analisar os conflitos socioambientais. Basicamente, primeiro se identificariam os principais atores sociais envolvidos no conflito, os seus interesses econômicos e ambientais, bem como as táticas e estratégias que utilizam e pontos de convergência e divergência. Posteriormente, faz-se a identificação e a análise das características ambientais e suas dinâmicas biofísicas envolvidas no conflito. Por fim, faz-se a análise sintética e global do conflito, averiguando as relações e assimetrias de poder político, econômico e social entre atores sociais, além das questões simbólicas e ideológicas que os grupos possuem no conflito e em relação ao meio, destacando os impactos sociais e ambientais ocorrentes ou potenciais.

Essa proposta de análise de conflitos é importante, pois compreende as formas em que os dados foram tratados e analisados na presente pesquisa, mas também reflexiona parte do trabalho realizado pela equipe da FIOCRUZ na constituição do Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Percebe-se que o mapa possui elementos que representam as três etapas de análise, conforme sugerido por Little (2001), apresentando os responsáveis ou causadores dos conflitos, as populações atingidas, os apoiadores e parceiros desses atingidos, informações espaciais e temporais sobre o ambiente, os impactos e riscos ambientais e sociais, além de fichas com conteúdos sintéticos e globais sobre o conflito.

Por fim, conforme bem observado por Acselrad (2013), as lutas das populações vulneráveis contra a desigualdade ambiental vão além do embate às formas de acumulação de capital e à ação estatal, pois representam também um campo de disputa política e de representações socioculturais sobre o meio ambiente que visam instaurar a igualdade e a justiça na defesa de seus direitos sociais, territoriais e culturais de uso e apropriação da natureza. Dessa forma, evidencia-se situações de injustiça ambiental, tema esse que será visto a seguir em seu campo histórico e teórico, suas expressões e atuações no Brasil, bem como suas derivações, tais como o combate ao racismo ambiental, e que constituem o cerne do mapa da FIOCRUZ, o qual visibiliza esses casos de conflitos e injustiças no país.

Assim, tendo-se como premissa a racionalidade moderna em face da natureza e sua adoção nas relações de colonialismo e de colonialidade, deve-se reconhecer a inserção da natureza como elemento fundamental da modernidade, que serve ao propósito de fortalecimento do modelo econômico capitalista ao ser gradativamente mercantilizada. Viu-se que, ao longo da história, várias foram as posturas humanas diante da natureza, desde a associação às divindades até a postura de que ela deve servir às vontades humanas. No atual estágio deste processo de mercantilização, tem-se como uma realidade a expropriação da natureza através da acumulação por espoliação, processo que tem ocorrido no Brasil e na América Latina de maneira cada vez mais intensa, impulsionado por uma considerável pressão do modelo econômico pelas formas de se relacionar com a terra e favorecendo modelos de produção agrária voltados ao mercado.



## CONCLUSÕES

Compreender a complexidade da herança deixada pela modernidade é uma missão cheia de nuances, passível de inúmeros pontos de vista, de olhares diferenciados e compreensões plurais. Porém, durante as pesquisas realizadas para a elaboração desses escritos, observou-se que a história oficial moderna é apresentada de forma unilateral: é história dos vencedores, daqueles que triunfaram diante das adversidades de um passado medieval, teocentrista e submisso, passando à postura libertária do homem moderno (masculino, poderoso, dominador da natureza e dos povos considerados inferiores).

No caldo da modernidade, tiveram um papel substancial a ciência e a revolução técnico-científica, que permitiram controlar a natureza e transformá-la de um modo jamais visto, reduzindo-a à produtora de riquezas e depositária dos resíduos não interessantes ao capitalismo.

A América Latina, nesse cenário, aparece como um grande latifúndio da Europa colonial, de onde se retiraram (e ainda se retiram) recursos naturais para alimentar um sistema econômico que prioriza o lucro ao invés do bem-estar das sociedades humanas e da natureza. Como se observou, é esse modelo de economia que transforma pessoas e elementos naturais em mercadorias, fazendo com que toda a sociedade arque com os problemas ambientais gerados pelas atividades econômicas que geram lucros para poucos.

Com os capítulos aqui apresentados, espera-se que o leitor tenha tido uma visão holística desta realidade, que culmina com os tantos conflitos sociais e socioambientais que percebemos e que aumentam a sensação de ainda há muito o que superar para que tenhamos sociedades humanas que respeitem seus vínculos com a natureza.

No entanto, o caminho já começa a ser percorrido sempre que nos dispomos a contar a história dos vencidos, daqueles que sofreram (e ainda sofrem) com a espoliação de suas terras, de sua natureza e de seu modo de vida. Contar a história dos conflitos socioambientais e pensar em como iremos incluir as alternativas num mundo que preza por um modelo industrial e capitalista predatório é um primeiro grande passo, com o qual esperamos ter contribuído através das reflexões apresentadas.

## REFERÊNCIAS

- Acselrad H (2010). Mediação e negociação de conflitos socioambientais. In: Anais do Encontro Temático da 4ª Câmara da Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. N. 9, Brasília.
- Acselrad H (2013). O conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento: anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade. *Revista em Pauta*, 32(11): 115-119.
- Acselrad H et al. (2004). A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil: uma introdução. In: Herculano S, Pádua JA (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Ford.
- Aguiar JV, Bastos N (2012). Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo. *Revista Katálisis*, 15(1): 84-94.
- Baudel WMN (2009). O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS.
- Bernardelli TMS (2010). A contribuição de Marx para a análise da crise socioambiental no capitalismo. Anais IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. Disponível em <[http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_ivsimp/gt6/2\\_taniabernardelli.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt6/2_taniabernardelli.pdf)>. Acesso em 13 de janeiro de 2020.
- Boudon R (1990). *A Ideologia: ou a Origem das Idéias Recebidas*. São Paulo: Ática.
- Brandão CA (2010). Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil Contemporâneo. In: Almeida AW et al. (Org.). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina.
- Bynum W (2017). *Uma breve história da ciência*. Tradução Iuri Abreu. Porto Alegre: L&PM.
- Cano W (2002). *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Carvalho e Silva RF (2013). *A Transformação da Esquerda Latino-Americana: um Estudo Comparado do PT no Brasil e do PSCH no Chile*. Coleção Humanidades (Universidade Federal da Paraíba). Editora UFPB, João Pessoa.
- Castro-Gómez S (2004). *La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- CBPDA (2012). Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? *E-cadernos ces*, 17: 164-183. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos17/07.ColetivoBras.Pesq.DesigualdadeAmbienta.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.
- Coser LA (1961). *Las funciones del conflicto social*. México: FCE.
- Costa AMN (2004). A passagem interna da modernidade para a pós-modernidade. In: *Revista Psicologia, ciência e profissão*, 24(1).

- Costa E (2008). A globalização e o capitalismo contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular.
- Dahrendorf R (1992). O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade. São Paulo, Edusp.
- Duarte VP (2012). Ecologia como ideologia: os pequenos agricultores no sudoeste do Paraná – Brasil. Doutorado em Antropologia Social. Posadas: Universidad Nacional Argentina.
- Durkheim E (1999). Da divisão do trabalho social. [tradução Eduardo Brandão]. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Dussel H (1993). 1492 - O encobrimento do outro. Petrópolis: Vozes.
- FIOCRUZ (2020). Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>>. Acesso em 3 de fevereiro de 2020.
- Foladori G, Melazzi G (2009). Economía de la sociedad capitalista y sus crisis recurrentes. Montevideo: UDELAR-Pro-Rectoría de Extensión.
- Fonseca R (2017). O. A compensação ambiental no Brasil: compensação para que e para quem?. 302f Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15082017-135010/pt-br.php>>. Acesso em: 23 dez. 2019.
- Freire P, Illich I (1975). Diálogo: Paulo Freire e Iván Illich. Buenos Aires: Búsqueda.
- Freitas RCM et al. (2012). A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. Rev. katálysis, 15(1): 41-51.
- Gameiro MBP, Martins RC (2014). Da mercantilização da natureza à criação de mercadorias verdes. Reed - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, 8(1e2).
- Giddens A (1991). As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP.
- Giddens A (1999). A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.
- Giddens A (2005). Sociologia. Tradução: Sandra Regina Netz. 4ª. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Grossi P (2003). Mitología jurídica de la modernidad. Madrid: Editorial Trotta.
- Gutiérrez JL (2014). A controversia de Valladolid (1550): Aristóteles, os índios e a guerra justa. Revista USP, 101: 223-235.
- Harley B (1995). Cartes, savoir et pouvoir. In: Gould P, Bailly A (Org.). Le pouvoir des cartes et la cartographie. Paris: *Antropos*.
- Harvey D (2004). Condição Pós-Moderna. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 128p.
- Harvey D (2011). The enigma of capital and the crises of capitalism. London: Profile Books.
- Heemann A (2000). Natureza e sociedade: a controversia sobre os alicerces da conduta humana. Desenvolvimento e meio ambiente. N. 1, ano 2000. Curitiba: Editora UFPR.
- Hisour (2019). Arquitetura Inca. Disponível em: <<https://www.hisour.com/pt/inca-architecture-29144/>>. Acesso em 15 de agosto de 2019.

- Illich, Ivan. Obras reunidas I. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- Instituto Humanitas Unisinos (2019). Morre Immanuel Wallerstein, o teórico do “sistema-mundo”. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/592193-morre-immanuel-wallerstein-o-teorico-do-sistema-mundo>>. Acesso em 03 jan. 2020.
- Koike K (1999). Aspectos da physis grega. Revista Perspectiva Filosófica, 6(12).
- Leff E (2002). Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 3(1).
- Leff E (2008). Decrecimiento o desconstrucción de la economía: Hacia un mundo sustentable. Polis. Revista de la Universidad Bolivariana, 7(21): 81-90. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/26613622\\_Decrecimiento\\_o\\_desconstruccion\\_de\\_la\\_economia\\_Hacia\\_un\\_mundo\\_sustentable](https://www.researchgate.net/publication/26613622_Decrecimiento_o_desconstruccion_de_la_economia_Hacia_un_mundo_sustentable)>. Acesso em 18 de dezembro de 2019.
- Leff E (2009). Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes.
- Leff H (2008). Discursos sustentáveis. 2a ed. México: Siglo XXI.
- Lenoble R (1969). História da idéia de natureza. Lisboa: Edições 70.
- Little P (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia. Nº 322. Brasília: DAN/UnB.
- Little PE (2001). Conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: Burstzy M. (Org.). A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Gramond.
- Mamed DO (2016). Pagamentos por serviços ambientais e mercantilização da natureza na sociedade moderna capitalista. Tese de doutorado. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Mamed DO et al. (2017). A constituição histórica da racionalidade ecológica e os problemas ambientais na contemporaneidade. Revista Videre, 9(17): 84-103.
- Marés CF (2002). Introdução ao Direito Socioambiental. In: Lima A (Org.). O Direito para o Brasil socioambiental. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.
- Marés CF (2003). A função social da terra. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.
- Marés CF (2015). Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural. In. Revista InSURgências, 1(1).
- Martinez-Alier J (2009). O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto.
- Marx K (2006). O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Mello-Théry NA (2011). Meio ambiente, Globalização e Políticas Públicas. Gestão de políticas públicas. 1º Edição. (São Paulo. Online), 1: 133-161.
- Mignolo WD (2007). La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial, Gedisa, Barcelona.
- Mint S (2008). A antropologia da produção de Plantation. In: Sorj B et al. (Orgs.). Economia e movimentos sociais na América Latina [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 127-136.

- Nascimento DT, Bursztyn MAA (2010). Análise de conflitos socioambientais: atividades minerárias. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, 22: 65-82.
- Nascimento HM (2016). A questão ambiental na origem do problema agrário brasileiro e o caso da região Sul. Economia E Sociedade, 17(2): 103-132.
- NETMUSEUM (2019). Discovery of America: Vespucci Landing in America. Disponível em <<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/343845>>. Acesso em 13 de agosto de 2019.
- O'Connor J (2001). ¿Qué es la historia ambiental? ¿Por qué historia ambiental? In: Causas Naturales. Ensayos de marxismo ecológico. México, Siglo XXI.
- O'Gorman E (1961). La invención de América. DF México: Siglo XXI.
- Packer LA (2015). Novo Código Florestal e Pagamentos por Serviços Ambientais: regime proprietário sobre os bens comuns. Curitiba: Juruá, 37p.
- Polanyi K (2000). A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Porto MF, Pacheco TLJP (2013) Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 306p.
- Porto MF, Milanez B (2009). Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental, *Ciência & Saúde Coletiva*. 14(6): 1983-1994.
- Porto-Gonçalves CW (2003a). A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: Seone J (Org.) Movimentos sociales y conflicto em América Latina. Buenos Aires: Clacso.
- Porto-Gonçalves CW (2003b). Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: Ceceña AE, Sader E (Orgs.). La Guerra Infinita. Hegemonía y terror mundial. Buenos Aires, CLACSO.
- Porto-Gonçalves CW (2006). A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Porto-Gonçalves CW (2015). O conhecimento como bem comum: em defesa da Universidade. Disponível em: [http://www.biodiversidadla.org/Documentos/O Conhecimento como Bem Comum em defesa da Universidade](http://www.biodiversidadla.org/Documentos/O%20Conhecimento%20como%20Bem%20Comum%20em%20defesa%20da%20Universidade). Acesso em 15 de agosto de 2019.
- Porto-Gonçalves CW (2016). Lucha por la Tierra. Ruptura metabólica y reapropiación social de la naturaleza POLIS, Revista Latinoamericana, 15(45): 291-316.
- Porto-Gonçalves CW, Quental PA (2012). Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina, Polis, 31. Consultado o 14 janeiro 2019. URL: <http://journals.openedition.org/polis/3749>

- Quijano A (2005a). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: Lander E (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Clacso, 227-278.
- Quijano A (2005b). Colonialidade do poder e classificação social. In: Sousa Santos B, Meneses MP. Epistemologias do sul. Coimbra.
- Restrepo CA (2018). Descolonización y la ampliación Geopolítica de las Resistencias contra-extrativas en/desde América Latina/Abya Yala. Brasil, Tese de Doutorado - Departamento de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/39710> . Acesso em: 23 dez. 2019.
- Restrepo E (2014). Articulaciones coloniales, modernidades plurales: aportes al enfoque decolonial. In: Salgado JGG (Org.). América y el Caribe en el cruce de la modernidad y colonialidad. México: Universidad Nacional Autónoma de México/ Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades.
- Sachs I (2007). Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Cortez.
- Schneider AH et al. (2019). Alternatividades no âmbito socioambiental e rural: aproximações e perspectivas teóricas. Desenvolvimento e meio ambiente, 52. Doi:10.5380/dma.v52i0.61349.
- Serres M (1992). Le Contrat Naturel. Paris: Flammarion.
- Simmel G (1969). Requisitos universais e axiomáticos da sociedade. In: Fernandes F (Org.). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Edusp.
- Villoro L (1993). Sobre el problema de la filosofía latino-americana. In: Zea L (Org.). Filosofar a la altura del hombre: discrepar para comprender. México: Universidad Autónoma de México, Cuadernos Americanos, 4: 183-201.
- Villoro L (2010). El Pensamiento Moderno: Filosofía del Renacimiento. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Wallerstein I (1974). The Modern World System. New York: Academic Press.
- Warnavin L (2010). Discurso ambiental na geografia brasileira. Dissertação (mestrado em geografia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- Weber M (1982). Ensaio de sociologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Whitaker GM (2015). Desenvolvimento sustentável: decifra-me ou te devoro. Análise sobre o desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista. Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente.
- Wolkmer AC (2001). Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito. 3. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega.
- Wood EM (2001). A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Zhourí A, Laschefski K (2010). Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: Zhourí A, Laschefski K (Orgs). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG.

## **SOBRE O AUTOR**

Caso reste ao leitor qualquer curiosidade sobre os motivos que me levaram a estudar os temas agrários e ambientais, deixo um breve relato de como cheguei até aqui.

Tenho uma trajetória de vida em busca pela Universidade Pública, tendo realizado curso técnico em agropecuária, no antigo colégio agrícola da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Araquari, no litoral de Santa Catarina (atualmente campus do Instituto Federal Catarinense - IFC). Posteriormente, graduei-me em Geografia na Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de União da Vitória - PR (FAFIUV), hoje Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Após alguns anos, ingressei no mestrado em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe na Universidade Estadual Paulista (UNESP), pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Por fim, cursei doutorado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADDE), ocasião onde me aprofundei nos estudos e realizei as pesquisas que deram origem a este livro.

Vivi diretamente imerso em uma cultura camponesa até os 18 anos de idade, no Planalto Norte de Santa Catarina, entre os municípios de Mafra e Itaiópolis, vivendo no campo. Tanto minha família materna quanto paterna são formadas por agricultores descendentes de imigrantes que, após esgotada a fronteira europeia, buscaram o Brasil como possibilidade para recriação social.

O colégio agrícola foi onde tive acesso à primeira teorização da prática que tinha vivido até então, foi onde aprendi a importância do correto manejo da natureza para produção de alimentos. Mesmo em uma visão tecnicista do sujeito – técnico, portador do *conhecimento*, tive contato com professores que buscavam a resposta para a manipulação menos agressiva do meio ambiente.

Para concluir o curso de Geografia através da pesquisa-ação, participei da organização de um grupo de jovens que viviam no campo e ao mesmo tempo estudavam na “cidade”, esse grupo se reunia semanalmente para explorar e refletir sobre temas de “desenvolvimento rural sustentável”. Esta experiência serviu para compreender melhor as mudanças ocorridas no advento do tempo em que vivemos: o meio técnico científico informacional. Naquele momento me preocupava profundamente e tema da sucessão hereditária, o avanço do agronegócio sobre “territórios de reserva” e o direito à terra, tendo em vista que a atividade da agricultura tradicional vinha sendo interrompida pela saída dos jovens do campo. Simultaneamente trabalhei na Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI), onde como agente técnico em nome do (e) Estado fui executor de políticas públicas, tanto daquelas criadas no âmbito nacional e estadual, além de experiências construídas a partir de ideário internacional como o programa Microbacias 2. Desenvolvendo estas atividades como extensionista, conheci a reforma agrária e seus impactos, negociações e desafios em nível local.



Depois de concluir essa etapa iniciei uma nova, agora no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde pude vivenciar e atuar na complexa questão agrária, tanto nacional como regional. Foi nesse tempo que como aluno especial frequentei dois importantes espaços de reflexão e pesquisa: as aulas na pós-graduação em Geografia da UFPR, ministradas pelo professor Jorge Ramón (Questões sobre o desenvolvimento rural), e mais tarde na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) no grupo de pesquisa sobre “Meio ambiente, sociedade hegemônica e sociedades tradicionais”, coordenado pelo professor Carlos Marés. No ano de 2013, ingressei no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), da UNESP, em parceria com a Via Campesina por meio do PRONERA.

O processo de formação do mestrado foi importante para ajudar na compreensão do fazer ciência como possibilidade de primeiramente atuar de forma objetiva, na disputa pela criação e recriação do conhecimento e, em segundo lugar, também por uma divisão simbólica mais justa do mundo social. Foi durante esse período de grande amadurecimento de algumas ideias e ideais, na busca por compreender a América Latina a partir de uma perspectiva popular, que tive a oportunidade de estudar durante 6 meses no México, no *Centro de Estudios Avanzados en Antropología Social* em Guadalajara (CIESAS), e na *Universidad Autónoma Metropolitana de Xochimilco* na Cidade do México (UAM-X), além de trabalhos de campo no México e Guatemala, o que promoveu o alargamento irreversível da compreensão do monopólio radical do sistema mundo colonial, europeu, norte-americano, moderno, capitalista, além da subordinação não voluntária das gentes e dos territórios a essa lógica perversa.

Depois de ser e estar na condição de recebedor (enquanto agricultor), aplicador (como técnico), pesquisador (como estudante) e elaborador (no caso da participação na elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná - ZEE), interesse-me em continuar atuando onde seja possível, no enfrentamento da crise civilizacional que vivemos, a exemplo da crise ambiental (desmatamento, erosão, desertificação, escassez de água, mudança climática desigual em suas múltiplas escalas geográficas), crise energética, crise alimentar, crise migratória, crise da urbanização, crise política (democracias débeis), crise sanitária (enfermidades, pandemias, ebola, AIDS, gripe aviária, vaca louca, gripe suína, COVID-19), crise militar, crise econômica.

Acredito que é necessário continuar a estudar sempre e, sobretudo, buscar formas de conhecer a realidade para além dos livros. Acredito que a partir da educação e da pesquisa científica é possível colaborar para uma distribuição menos desigual dos recursos naturais e para a diminuição do consumismo, propagando-se a ideia de desenvolvimento includente.



  **ENER VANESKI FILHO**

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), com estágio na BISHOP'S University no Quebec-Canadá. Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (UNESP), onde realizou intercâmbio no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Autônoma Metropolitana (UAM-XOCHIMILCO) na Cidade do México e no Centro de Investigação e Estudos Superiores em Antropologia Social (CIESAS-OCCIDENTE) em Guadalajara. Graduado em Geografia (FAFIUV-UNESPAR) e Técnico em Agropecuária (UFSC). Servidor do INCRA, tendo trabalhado no Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Foi professor na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

## ÍNDICE REMISSIVO

---

### **A**

agricultura · 9, 25, 44, 48, 49, 62, 68  
alternatividades · 4, 45, 47, 61  
América Latina · 5, 8, 9, 15, 27, 33, 35, 38, 39,  
45, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 70

---

### **C**

capitalismo · 9, 20, 21, 22, 25, 28, 40, 41, 42, 43,  
45, 48, 50, 51, 58, 61, 62, 63, 66  
ciência · 5, 15, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 35, 36,  
38, 61, 62, 69  
colonialidade · 4, 5, 32, 41, 44, 45, 60, 66  
colonialismo · 4, 25, 28, 44, 60  
conflitos socioambientais · 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10,  
13, 14, 35, 48, 57, 58, 59, 61, 62, 65  
controle estatal · 41  
convivencialidade · 46  
crise ambiental · 4, 13, 42, 43, 69

---

### **D**

Desenvolvimento · 45, 50, 63, 64, 65, 66, 67,  
68, 69, 70  
direitos socioambientais · 21, 43  
diversidade · 19, 35, 37, 38

---

### **E**

ecodesenvolvimentismo · 42  
ecoeficiência · 10  
ecologismo dos pobres · 10, 64  
economia · 8, 9, 13, 15, 16, 19, 25, 27, 28, 34,  
41, 42, 43, 51, 53, 61, 64  
escassez · 17, 34, 38, 44, 69  
Estado · 5, 8, 13, 15, 17, 19, 25, 26, 28, 31, 40,  
41, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 68  
eurocentrismo · 66  
expropriação ambiental · 5, 9, 31, 48

---

### **F**

financeirização · 42

---

### **G**

geografia · 8, 34, 48, 66

---

### **J**

Justiça ambiental · 62

---

### **M**

Mato Grosso do Sul · 70  
meio ambiente · 4, 9, 10, 12, 13, 33, 37, 38, 39,  
41, 42, 57, 59, 63, 66, 68  
mercantilização da natureza · 5, 35, 40, 44, 50  
México · 70  
modernidade · 5, 8, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18,  
19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 31, 33, 34, 35, 37,  
38, 39, 40, 45, 46, 50, 60, 61, 62, 63  
monopólio radical · 46, 69

---

### **N**

natureza · 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 17,  
20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33,  
34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45,  
47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 59, 60, 61, 62, 63,  
64, 65, 68

---

### **O**

Ordenamento Territorial · 12

---

### **P**

Paraná · 70  
physis · 11, 36, 64  
políticas fundiárias · 5  
políticas públicas · 13, 35, 58, 64, 68  
povos tradicionais · 13, 57, 64

---

### **R**

racionalidade ambiental · 64

racionalidade moderna · 4, 8, 10, 15, 18, 20, 21,  
23, 27, 33, 35, 40, 43, 44, 47, 60

recursos naturais · 5, 8, 9, 10, 12, 13, 27, 31, 37,  
41, 42, 43, 44, 45, 50, 51, 53, 54, 57, 58, 59,  
61, 69

---

**S**

sistemas-mundo · 4, 15, 28, 41

sociedade industrial · 46

---

**T**

tecnologia · 17, 25, 39, 48, 49

terra · 4, 5, 6, 10, 12, 17, 19, 20, 21, 22, 25, 27,  
33, 37, 40, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54,  
59, 60, 62, 64, 68

território · 5, 8, 9, 12, 13, 29, 31, 32, 52, 55, 56,  
57, 58

---

**U**

uso do solo · 8



ISBN 978-658831992-5



**Pantanal Editora**  
Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000  
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil  
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)